



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA

VIVIAN MARÍLIA DA SILVA OLIVEIRA

**GOVERNANÇA TERRITORIAL: DIRETRIZES PARA O FORTALECIMENTO DO
NÚCLEO GESTOR DA PESCA DO RIO CANATICU, MUNICÍPIO DE
CURRALINHO**

Belém, PA
2015

VIVIAN MARÍLIA DA SILVA OLIVEIRA

**GOVERNANÇA TERRITORIAL: DIRETRIZES PARA O FORTALECIMENTO DO
NÚCLEO GESTOR DA PESCA DO RIO CANATICU, MUNICÍPIO DE
CURRALINHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do Título de Mestre em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosana Pereira Fernandes.

Belém, PA
2015

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFPA

Oliveira, Vivian Marília da Silva

Governança territorial: diretrizes para o fortalecimento do núcleo gestor da pesca do Rio Canaticu, município de Curalinho / Vivian Marília da Silva Oliveira;

Orientadora, Rosana Pereira Fernandes. - 2015.

78 f. : il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, Belém, 2015.

1. Governança. 2. Pesca. 3. Administração pública. I. Fernandes, Rosana Pereira, orientadora. II. Título.

CDD – 22 ed. 351

VIVIAN MARÍLIA DA SILVA OLIVEIRA

**GOVERNANÇA TERRITORIAL: DIRETRIZES PARA O FORTALECIMENTO DO
NÚCLEO GESTOR DA PESCA DO RIO CANATICU, MUNICÍPIO DE
CURRALINHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do Título de Mestre em Gestão Pública.

Aprovação em: ____/____/____

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Rosana Pereira Fernandes
Orientadora - NAEA/UFPA.

Prof.^a Dr.^a Ponciana Freire Aguiar
Co-orientadora- NAEA/UFPA.

Prof.^a Msc. Leila Márcia Elias
Examinador Interno- NAEA/UFPA.

Prof.^a Dr.^a Voyner Ravena-Cañete
Examinador Externo- PPGSA/UFPA.

Conceito: _____

Belém, PA
2015

*Ao meu filho, minha mãe, meu esposo e moradores
do Rio Canaticu.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a **Deus**, por tantas vezes ter me amparado e me guiado nessa etapa, permeada de percalços e atribuições.

Ao meu amado filho, **Lucas Oliveira**, minha inspiração, minha força, minha alegria, meu viver.

A minha adorada mãe, **D. Socorro**, que abdicou de muita coisa para apoiar-me nesta etapa.

Ao meu companheiro, amigo inseparável, **Alfonso Marcus**, pelas palavras de incentivo diante de tantas atribuições passadas nesta etapa.

A **Profª. Drª. Rosana Fernandes**, por se dispor a orientar-me aos 45 do segundo tempo e ter acreditado na minha pesquisa.

Aos dois anjos enviados por Deus, nos momentos finais dessa caminhada, as professoras Doutoras **Ponciana Freire de Aguiar** e **Voyner Ravena-Cañete**, as quais terão para sempre um lugar de honra no meu coração.

Aos moradores do Rio Canaticu e seus afluentes, por permitirem fazer parte de um momento tão importante da sua história, com as discussões dos Acordos de Pesca; em especial, meus sinceros agradecimentos ao ilustre morador da Ilha dos Veados, Sr. **Raimundo da Silva**, à moradora da comunidade Piedade, **D. Maria Baião** e à moradora da comunidade Sagrada Família, **D. Izabel Oliveira**.

Ao Presidente da Colônia de Pescadores Z-37, na pessoa de **Assunção Novaes**, mais conhecido como “Cacau”; ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, **Marcos Baratinha**, mais conhecido como Marquinhos; ao escritor e pedagogo, **Carlos Oliveira**, mais conhecido como Carlinhos; ao analista ambiental do IBAMA, **Antônio Melo**; e ao técnico em pesca **Gleidson da Silva**, por contribuírem grandiosamente com os resultados desta pesquisa.

Ao **Instituto Peabiru**, por facilitar a minha pesquisa, em especial a **Manoel Potiguar**, **Swellem Barbosa**, **Rosany Cravalho** e **Simone de Lourdes**, pela força e apoio.

Aos professores **Sergio Moraes**, **Pâmela Costa** e **Milton Cordeiro**, por seus conselhos quanto os rumos desta pesquisa.

Aos colegas de turma 2012 e professores do Programa de Pós Graduação em Gestão para o Desenvolvimento - PPGGP, em especial aos irmãos **Eber Barreto**, **Mari Elen** e **Maria José**, pela amizade e pela força para seguir em frente.

Sou muito grata a todos!

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo principal apresentar como os elementos da Governança Territorial podem contribuir para minimizar os problemas de ordem pessoal, institucional, política e religiosa, identificados durante o processo de implementação dos acordos de pesca do Rio Canaticu, Município de Curralinho. Para isso, a pesquisa utilizou a metodologia observação participante, dispondo de relatos que apontaram para um possível cenário de escassez do recurso pesqueiro. Foi realizado, também, o georreferenciamento das localidades do rio Canaticu com o uso do GPS Garmin, permitindo a geração de dois mapas com o uso do programa Arc Giz 9.1 e, por fim; uma revisão bibliográfica com respectivas discussões. A coleta de dados ocorreu no período de Outubro/2013 a Outubro de 2014. Os relatos foram obtidos por meio de conversas informais junto a três moradores locais, três lideranças locais e quatro representantes de entidades da sociedade local e do poder público. Os relatos apontam uma possível escassez do pescado, bem como a existência desses problemas, comprometendo o processo de discussão dos acordos. Neste sentido, a pesquisa propõe algumas diretrizes pautadas na governança territorial, para o fortalecimento de desenvolvimento local do Rio Canaticu, bem como uma estrutura de gestão dos acordos, por meio de oficinas de governança.

Palavras-Chave: Governança territorial. Acordos de pesca.

ABSTRACT

The present research's main purpose is to present how elements of Territorial Governance may contribute to minimizing the problems of personal, institutional, political and religious nature identified during the process of implementation of the fishing agreements in the Canaticu River, Curralinho municipality. To achieve that, the research has utilized a participant-observation methodology, collecting claims that point to a possible scenery of scarcity of fishing resources, as well as to the above-mentioned problems. A georeferencing was also conducted in the Canaticu River region, using a Garmin GPS, which allowed for the configuration of two maps using the Arc Giz 9.1 program and, finally, a literature review with corresponding discussions. The collecting of data took place between October 2013 and October 2014. The reports were obtained through informal conversations with three local inhabitants, three local community leaders and four representatives of the local civil society and public administration. The reports point to a possible scarcity of fish, as well as other problems, which compromise the process of negotiating these agreements. In that sense, the present research proposes some directives based on territorial governance in order to strengthen the local development of the Canaticu River, as well as a management structure for the agreements through governance workshops.

Key words: territorial governance and fishing agreements.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1-	Esquema cíclico das etapas da metodologia abordada pela pesquisa.....	16
Mapa 1-	Mapa de algumas localidades ao longo do Rio Canaticu e seus afluentes.....	36
Figura 1-	Mapa de localização da Ilha dos Veados, Sagrada Família e Piedade ao longo do Rio Canaticu.....	40
Figura 2-	Diagrama de Venn, apontando as relações entre os moradores do Rio Canaticu com as entidade governamental e não governamental.....	68
Figura 3-	Proposta de uma estrutura de gestão do Núcleo Gestor da Pesca.....	71

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1-	Síntese dos referenciais teóricos discutidos na pesquisa.....	18
Quadro 2-	Comunidades, congregações, vilarejos, rios do Rio Canaticu, distribuído nos seus três cursos.....	37
Quadro 3-	Evolução do PIB per capita das mesorregiões do Pará, referente ao período de 1999 – 2010, apresentando a mesorregião do Marajó com o menor PIB per capita.....	42
Quadro 4 -	Problemática sobre a pesca identificada pelos grupos de interesse do Canaticu.....	52
Quadro 5-	Polos de discussão das regras dos acordos de pesca.....	53
Quadro 6 -	Comparativo da divisão por polos de discussão Polos e da setorização da igreja católica.....	53
Quadro 7	Representantes do Núcleo Gestor da Pesca, entidades da sociedade civil organizada e do poder público que compõe o Núcleo Gestor da Pesca.....	57
Quadro 8-	Diretrizes sobre Governança Territorial e sua relação com o processo de discussão e implementação dos Acordos de Pesca.....	48
Quadro 9-	Organizações e instituições identificadas pelos moradores do Canaticu, por meio do Diagrama de VENN.....	69
Quadro 10-	Entidades da sociedade civil e do poder público, inseridas na dinâmica do Rio Canaticu.....	69
Quadro 11-	Membros e funções das instâncias que fazem parte da gestão do Canaticu.....	73

LISTAS DE SIGLAS

BASA	Banco da Amazônia
CEAM	Central de Associações do Rio Canaticu
CEB's	Comunidades Eclesiais de Bases
CF	Constituição Federal
CODETER	Colegiados de Desenvolvimento Territorial
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IC	Igreja Católica
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação e Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PDTSAM	Plano de Desenvolvimento Territorial e Sustentável do Arquipélago Marajoara.
RESEX	Reservas Extrativistas
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEDUC	Secretaria de Estado e Educação
SESMA	Secretaria de Estado e Saúde
SEPAQ	Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado do Pará
SEMAGRI	Secretaria Municipal de Agricultura
SEMA	Secretaria de Estado e Meio Ambiente
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Currálinho
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SPU	Superintendência do Patrimônio da União

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Problema.....	13
1.2	Metodologia.....	14
1.3	Estrutura do trabalho.....	16
2	GOVERNANÇA.....	19
2.1	Governança territorial.....	23
2.1.1	Território.....	26
2.1.2	Território dos pescadores.....	29
2.1.3	Política Pública Pesqueira na Amazônia.....	31
2.1.4	Acordos de pesca, como instrumento de política pública municipal ambiental, para recuperação e conservação dos recursos pesqueiros.....	33
3	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DA PESQUISA: RIO CANATICU, MUNICÍPIO DE CURRALINHO.....	35
3.1	A problemática da escassez do pescado no Rio Canaticu, Município de Curralinho.....	38
3.2	Histórico de fortalecimento organizacional: A Igreja Católica e o seu papel de fortalecimento político organizacional da sociedade civil organizada do Rio Canaticu.....	48
3.3	Núcleo Gestor da Pesca do Rio Canaticu.....	52
3.4	Mapeamento dos representantes do Núcleo Gestor da Pesca, das entidades da sociedade civil organizada e do poder público e os fatores de ordem pessoal, religioso, político e institucional identificados.....	56
4	DIRETRIZES APORTADAS NO CONCEITO DE GOVERNANÇA TERRITORIAL PARA O FORTALECIMENTO DO NÚCLEO GESTOR DA PESCA.....	66
5	CONCLUSÃO.....	74
	REFERÊNCIAS.....	76

1 INTRODUÇÃO

Durante o processo de formação econômica do Brasil e do Estado do Pará, o arquipélago do Marajó foi deixado à margem das grandes transformações. Os poucos registros históricos desse período evidenciam formas de intervenção pontuais, a exemplo das drogas do Sertão, no período colonial, a borracha, e os engenhos de cana de açúcar para produção da cachaça (OLIVEIRA, 2012). Essas atividades não mantinham uma relação comercial próxima com o restante do Brasil.

A possível falta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das vocações do Marajó tem refletido em baixos índices de desenvolvimento para sua população e contribuindo para o surgimento de problemáticas. Nesse contexto, inserem-se os moradores do Rio Canaticu, município de Curalinho, os quais tem enfrentado uma problemática crescente: a escassez do recurso pesqueiro, item essencial para sua segurança alimentar.

São mais de 1.500 famílias vivendo em uma área de aproximadamente 13 mil ha, algumas mais próximas da sede municipal e outras mais distantes. Uma considerável parcela das famílias não tem o poder de compra e o acesso fácil à sede municipal; assim, buscam alternativas para obter o alimento, em especial o pescado como o uso de apetrechos de pesca inadequados, aumentando a pressão sobre esse recurso, ou acabam “invadindo” outras propriedades e os “pesqueiros” de outros moradores, gerando os conflitos por “invasão” local.

Esse cenário marajoara recebeu sua devida atenção, com a mudança de mentalidade da abordagem política brasileira materializada na Constituição Federal de 1988, pautada em diretrizes e mecanismos democráticos e participativos, primando pela integração da sociedade civil organizada nos processos de discussão, formulação e monitoramento de políticas públicas brasileiras.

Os efeitos dessa mudança iniciaram com a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável para o Arquipélago do Marajó (PDTSAM), o qual apresenta diretrizes e mecanismos democráticos participativos, como a criação de uma instância de gestão, composto por três entes governamentais e a sociedade civil organizada, com a finalidade de discutir e elaborar ações valorizando as características sociais, econômicas e ambientais do território Marajoara.

Entretanto, de acordo com relato de alguns representantes da sociedade civil organizada e do poder público Município de Curalinho, algumas diretrizes e o mecanismo de gestão não foram efetivados, contribuindo para que algumas ações não fossem implementadas, como a ação relativa à gestão dos recursos pesqueiros, intitulada “*apoiar a implementação de*

acordos de pesca e manejo do camarão”, pertencente ao eixo estruturante “*Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental*”.

Diante da falta de efetividade da instância de Gestão do Plano do Marajó e da política pesqueira, e vivenciando a problemática da pesca, algumas lideranças da sociedade civil organizada do município de Curalinho, empoderados do processo de discussão do Plano do Marajó, bem como do trabalho realizado pela Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), retomaram o processo de discussão localmente, como objetivo de verificar a possibilidade de reverter a problemática da pesca, por meio da implementação dos acordos de pesca.

Entretanto, sem recursos financeiros para efetivar os acordos de pesca, procuraram uma instituição parceira de outros projetos para intermediar esta iniciativa junto a um financiador. Neste escopo foi inserido o Instituto Peabiru, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que elaborou o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental, dos 16 municípios marajoaras, dentre eles Curalinho, e o estudo da cadeia do valor do açaí do rio Canaticu.

1.1 Problema

Empoderados do processo de discussão do Plano do Marajó e do trabalho de fortalecimento da igreja católica, esses moradores estão inseridos em um território que foi produzido e reproduzido historicamente no tempo-espaço, materializando formas de apropriação bem distintas, resultado de relações permeadas por interesses diversos. Esses interesses dinamizam o funcionamento do território, que são inerentes a qualquer indivíduo, grupo ou sociedade.

Foi durante o processo de discussão dos acordos de pesca que emergiram algumas particularidades locais, advindas de interesses pessoais, políticos, religiosos e institucionais, comprometendo a participação de uma considerável parcela de moradores do Canaticu. Dessa maneira, com objetivo de contribuir com essa iniciativa local, esta dissertação apresenta o seguinte problema de pesquisa: **em que medida um acordo de pesca representa uma estratégia de governança eficiente para dirimir cenários de conflito sobre recursos pesqueiros entre os moradores que acessam os recursos naturais do Rio Canaticu?**

1.2 Metodologia

Com objetivo de contribuir para o fortalecimento do Núcleo Gestor da Pesca do Rio Canaticu, para assim, minimizar os conflitos gerados pelos fatores de ordem pessoal, institucional, religioso e político na implementação dos acordos de pesca, por meio da proposição de elementos de governança territorial, esta pesquisa mapeou representantes do Núcleo Gestor da Pesca, das entidades da sociedade civil organizada, bem como do poder público envolvidas, de forma direta, com o *locus* da problemática da pesca local. Também se conversou com: três moradores residentes de localidades estratégicas do Rio Canaticu, os quais apontaram para uma possível escassez do recurso pesqueiro; três representantes do Núcleo Gestor da Pesca; e por fim, três representantes de entidades da sociedade civil organizada e dois do poder público.

Essas conversas permitiram identificar alguns dos fatores que podem estar contribuindo para a problemática da pesca, assim como os que comprometeram o processo de discussão. Partindo disso, foi possível propor diretrizes com base no termo governança territorial, buscando minimizar os efeitos dos fatores de ordem pessoal, institucional, político e religioso durante a implementação dos acordos de pesca, além de propor um modelo de estrutura de gestão dos acordos de pesca, para o fortalecimento das ações do Núcleo Gestor da Pesca.

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa foram desenvolvidos junto aos moradores do rio Canaticu, facilitados pelo Projeto Marajó Viva Pesca, por meio de uma série de incursões pautadas no método observação participante, o qual, de acordo com Gil (2008), consiste na participação real conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo. Isso possibilitou a coleta de dados valiosíssimos para esta pesquisa, além do contato com uma realidade ímpar.

A coleta de dados foi obtida por meio do mapeamento dos representantes do Núcleo Gestor da Pesca, das entidades da sociedade civil organizada, bem como do poder público, inseridos no *locus* da problemática. Por meio de conversas informais, foram identificados fatores de ordem pessoal, político, religioso e institucional. Verificou-se também, que alguns fatores vêm influenciando na problemática da pesca.

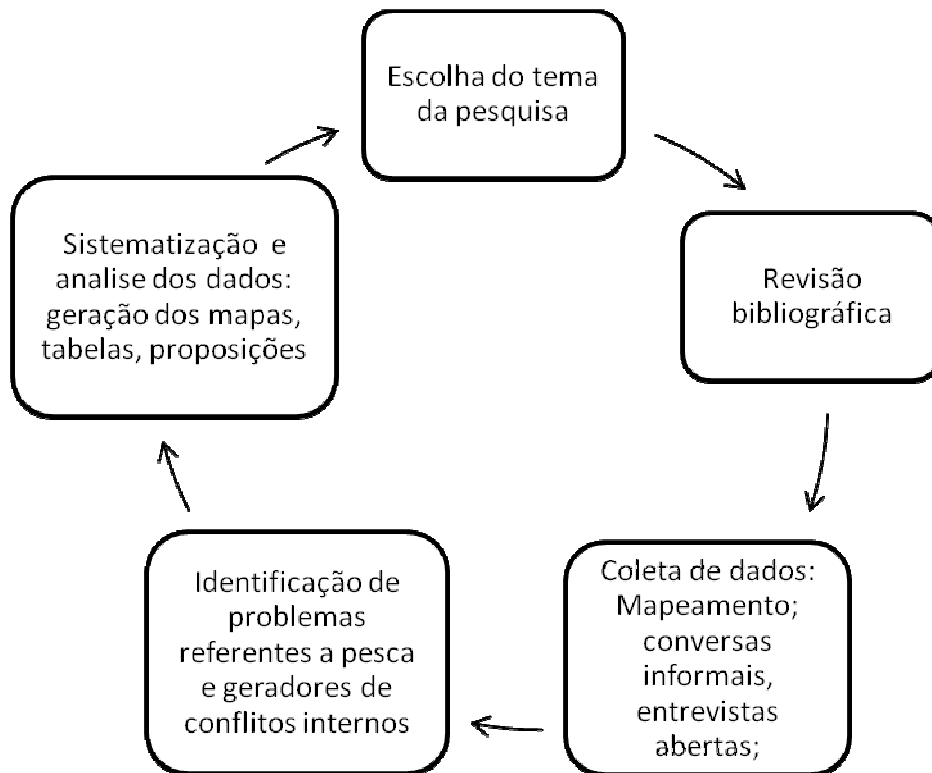
Foram georreferenciadas algumas localidades, como o rio Canaticu com o uso de GPS Garmin, gerando dois mapas com o uso do programa ArcGis 9.1. Por fim, foi feita revisão bibliográfica com as respectivas discussões. Foi utilizado, com base nos dados cartográficos do Instituto Peabiru (2014), o mapa de localização ao longo do Rio Canaticu, utilizado também para a caracterização da área e comparação dos dados com o mapa de carta-imagem das localidades das comunidades. Foi confeccionada uma Carta-Imagem da Área utilizando técnicas de geoprocessamento por meio de uma Imagem Google Earth RGB georreferenciada (Esquema 1), utilizando metodologia de FITZ (2007), em que foi recortada a imagem no Aplicativo ArcGis 9.1. No mesmo aplicativo, foram inseridos os pontos de referência coletados trabalho de campo com o GPS de marca GARMIN, que totalizaram 38; posteriormente, esses pontos foram inseridos e digitalizados nas shapefiles no mapa de localidades das comunidades.

Nas pesquisas de revisão bibliográfica, foram investigados os trabalhos já publicados e disponíveis a respeito da compreensão teórico-conceitual do conceito de Governança mergulhando nos estudos de: Gonçalves (2006); Ckagnazaroff, Ferreira, Andrade e Abreu (2008); e Fonseca e Carapeto (2009). Acerca de Governança Territorial, foram investigados os trabalhos de Dallabrida (2003; 2006; 2007). Acerca da Teoria do Desenvolvimento Local, Araújo (2007), Barquero (2002) e Moraes (2003). Na categoria de análise geográfica Território, entendido como recorte espacial de manifestação do poder, como elemento de abordagem para implementação de políticas públicas no Brasil pós CF 1988, foram analisados os estudos de Raffestin (1993), Moraes (2005), Gottmann (2012), Fernandes (2007) e Saquet (2007). Após essa etapa de construção do suporte teórico central, desenvolveu-se revisão de trabalhos relativos à pesca, aos recursos pesqueiros e as políticas de desenvolvimento e ordenamento do setor pesqueiro, além de leituras referentes à abordagem da política pública brasileira após Constituição Federal de 1988.

Tais trabalhos foram fundamentais para subsidiar a elaboração da pesquisa, fundamentando a compreensão de diretrizes sobre Governança Territorial, para propor diretrizes para fortalecer o Núcleo Gestor da Pesca.

Abaixo, é apresentada uma figura-síntese do processo metodológico da pesquisa, que foi delineada em um processo cíclico.

Esquema 1- Esquema cíclico das etapas da metodologia abordada pela pesquisa



Fonte: Oliveira (2014).

1. 3 Estrutura do trabalho

O trabalho dividiu-se em dois capítulos distintos, sendo o primeiro com discussão teórica e o segundo com discussão, sistematização e análise dos resultados.

A seção 2 consiste na parte conceitual da pesquisa, trazendo as respectivas discussões para subsidiá-la. Para isso, fez-se uso do termo “Governança territorial”, proposto pelo pesquisador Valdir Roque Dalabrida, no sentido legitimar a iniciativa local do Rio Canaticu. De acordo com o autor, ela ocorrer quando um determinado grupo, sociedade de forma democrática e participativa, em determinado espaço-tempo, tomam para si a iniciativa de promover o seu desenvolvimento territorial, por meio de consensos mínimos e voluntários, a exemplo do ocorrido no Canaticu.

Entre os elementos conceituais discutidos, o conceito de Governança torna-se uma temática estratégica frente à realidade complexa que é posta/imposta na dinâmica atual, a qual privilegia a escala global, hierárquica, hegemônica, economicista. Segundo Gonçalves (2006), Ckagnazaroff, Ferreira, Andrade e Abreu (2008), e Fonseca e Carapeto (2009), juntamente com o conceito de desenvolvimento endógeno de Barquero (2002), a Governança territorial

contribui com diretrizes e mecanismo de fortalecimento de processos locais, com o fomentando das suas potencialidades, na busca do desenvolvimento territorial dos grupos de interesses, materializado no Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a exemplo do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (PDTSAM), com mecanismos democráticos e participativos nos processos de discussão, discussão, avaliação e monitoramento das políticas governamentais.

Contribuindo para discussão sobre Governança territorial, faz-se uma breve discussão sobre a categoria da geografia, o território, tendo seus pressupostos contribuído significativamente para a abordagem pós Constituição Federal de 1988 (CF / 88), no que se refere à intervenção das políticas públicas governamentais. Para isso, foram abordadas as contribuições de Raffestin (1993), Moraes (2005), Gottmann (2012), Fernandes (2007) e Saquet (2007). Para eles, o território é a materialização da ação de um ator, grupo, sociedade que em um determinado tempo-espaço molda-o por meio de suas relações de poder. Dessa maneira, o território é construído e organizado em espaço-tempo distintos, produzido e reproduzido diariamente por meio de interesses específicos, resultando em territorialidades específicas.

O território foco desta pesquisa trata-se de um território de pescadores artesanais, inseridos na dinâmica global. Também, é discutida a política pesqueira no Brasil pós-década de 1970, focando seus impactos negativos para os territórios dos pescadores artesanais. Por fim, é analisado um instrumento para minimizar os efeitos dos instrumentos, os acordos de pesca.

As diretrizes sobre Governança Territorial abordadas nesta pesquisa tratam de estratégias que vêm ao encontro do processo informal das lideranças do rio Canaticu, legitimando-o historicamente à sua luta quanto ao enfrentamento de problemáticas locais.

A seguir, é apresentado um quadro-síntese do referencial teórico discutido nesta pesquisa.

Quadro 1- síntese dos referenciais teóricos discutidos na pesquisa

Temas	Referências
Governança	Gonçalves (2006); Ckagnazaroff; Ferreira; Andrade; Abreu (2008); Fonseca & Carapeto (2009).
Governança Territorial	Dallabrida (2003; 2006; 2007; 2014).
Teoria do Desenvolvimento Local	Araújo (2007); Barquero (2002); Moraes (2003).
Território	Raffestin (1993); Moraes (2005); Gottmann (2012) Fernandes (2007); Saquet (2007).
Atividade pesqueira e políticas pós déc. De 1960	Furtado (1990); Santos & Santos (2005); Moraes (2005); Castro & McGrath, (2001).
Acordos de pesca	Costa (2010); (McGrath, 2001); Castro & Mcgrath (2001).

Fonte: Oliveira (2014).

A seção 3 consiste nos resultados da pesquisa, apresentando uma breve caracterização do seu lócus, o Rio Canaticu, Município de Curalinho, o território que demandou por meio de algumas lideranças uma iniciativa para combater a problemática da pesca, por meio dos acordos de pesca. Para isso, serão apresentados alguns fatores que podem ter contribuído para a ocorrência da escassez do recurso pesqueiro local, como a possível falta da implementação de uma política de gestão dos recursos pesqueiros, previsto em um Plano Ministerial da Presidência da República elaborado, considerando as premissas da governança, a democracia e a participação da sociedade civil, o uso de apetrechos e artes de pesca e locais e formas erradas.

Neste sentido, com objetivo de minimizá-los, por meio desta pesquisa, o mapeamento gerou informações estratégicas sobre fatores que podem estar contribuindo para problemática da pesca e, além de fatores de ordem pessoal, político, religioso e institucional que comprometeram o processo de discussão dos acordos de pesca.

Em seguida, é pontuado por meio de trechos do manuscrito do escritor, professo de Curalinho, Carlos Oliveira, um pouco da história de fortalecimento dessas lideranças do Canaticu, intermediadas pela Igreja Católica, com as Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's), influenciando fortemente no cenário de fortalecimento organizacional do Canaticu atualmente. É desencadeado também o processo de formação do Núcleo Gestor da Pesca, responsável em discutir, elaborar, avaliar e monitorar as regras dos acordos e por fim, são apresentadas as diretrizes e os mecanismos para o fortalecimento do Núcleo Gestor da Pesca, com base no termo governança territorial.

2 GOVERNANÇA

A forma de o governo brasileiro conduzir suas políticas nas últimas décadas passou por grandes transformações, em decorrência de uma nova dinâmica estabelecida pelo vetor globalização, o qual, segundo alguns estudos, mostra que seus efeitos sobre a sociedade, vêm desencadeando a homogeneização das dinâmicas das escalas nacionais, regionais e locais.

[...] a globalização é um movimento hierárquico, tem comando e não são todos os agentes que conseguem atuar de forma global. Ele cria hierarquias. E, do ponto de vista do território, a globalização privilegia, não por acaso, determinadas escalas. E define essas prioridades a partir da sua lógica de funcionamento, ou melhor, da lógica dos interesses dominantes – os interesses do grande capital, sediados nos países mais ricos do mundo (ARAÚJO, 2007, p. 222).

Com objetivo de minimizar os efeitos da globalização, a Governança emerge como vetor para uma nova concepção da ação governamental. Suas diretrizes tratam de um modelo de intervenção territorial que privilegia não somente a escala global, mas também as especificidades territoriais em suas múltiplas escalas. Não esquecendo, mas não aprofundando, parte considerável dessa mudança de concepção, atribui-se às lutas, manifestação das organizações da sociedade civil, diante do sistema esmagador vigente, principalmente contra o seu projeto econômico, atrofiando potenciais econômicos das diversas escalas.

A Governança busca inserir essas escalas desprivilegiadas do cenário global, pois um de seus objetivos é privilegiar os sistemas produtivos dos países, visando sua expansão, que se transforma “pela utilização do potencial de desenvolvimento existente no território (nas regiões e cidades), mediante os investimentos realizados por empresa e agentes públicos e sob o presente controle da comunidade local” (BARQUERO, 2002, p. 38).

Nessa perspectiva, o investimento deve ser demandado e favorecer as populações que ali vivem, por meio das políticas conhecidas como “de baixo para cima”, cujo enfoque é superar os desequilíbrios e fomentar o desenvolvimento dos todos os territórios. O resultado desse cenário é o paulatino enfraquecimento das políticas conhecidas “de cima para baixo”, que atendem aos interesses da escala global.

O desenvolvimento endógeno, nessa perspectiva, é fortalecido, pois se aporta em alguns preceitos da governança, e vice-versa. Como afirma Barquero (2002, p. 38), “[...] O desenvolvimento endógeno propõe-se atender as necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida” (BARQUERO, 2002, p. 38). Nesse

sentido, o desenvolvimento endógeno envolve a análise das características locais e da exploração de suas potencialidades, como forma de conduzir ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população.

Na tentativa de consolidar a valorização das potencialidades territoriais, na busca do desenvolvimento endógeno, o conceito Governança ganha força, mesmo tendo suas origens no mundo das empresas. De acordo com Dallabrida (2007, p. 46), ele origina-se na análise sobre o mundo das empresas, em 1937, mas foi na década de 1970 que passou a ser utilizado para designar dispositivos operacionais eficazes. A incorporação do conceito de governança à abordagem do desenvolvimento é relativamente recente.

Até a década de 1970, predominavam, ainda, as abordagens focalizadas na ‘ação do governo’, que viam na atuação do setor público o motor do processo de desenvolvimento. Na década de 1980, essa compreensão ampliou-se, passando a estar focalizada na ‘administração do desenvolvimento’, incorporando a avaliação da capacidade do Estado para integrar e liderar o conjunto da sociedade (DALLABRIDA, 2007, p. 47).

Na década de 1990, a abordagem ampliou-se ainda mais, passando a ser focalizada tanto na capacidade do Estado quanto da iniciativa privada e da sociedade civil como atores do desenvolvimento. Passou a ser crescentemente enfatizada a natureza democrática da governança, abrangendo os mecanismos de participação, de formação de consensos e de envolvimento da sociedade civil no processo de desenvolvimento (BANDEIRA apud DALLABRIDA, 2007, p. 47).

As contribuições da Governança para o novo paradigma político brasileiro, focado no desenvolvimento territorial endógeno, tratam-se de diretrizes e mecanismos de participação dos seus grupos de interesses, pautado na democratização das discussões, decisões e ações do governo. Fonseca e Carapeto (2009, p. 34), em seu estudo sobre governança, afirmam que ela “é a forma como os governos e outras organizações sociais interagem, como se relacionam com os cidadãos e como são tomadas as decisões num mundo cada vez mais complexo”. Segundo os autores, é uma forma diferenciada de relacionamento governamental, não mais hierárquico, ou seja, de forma vertical, e sim, de forma horizontal. Assim:

A governança é um estilo (maneira de governar) diferente do controle hierárquico, caracterizado por uma maior cooperação e interação entre o Estado e outros actores não estatais para resolver problemas diversos, dinâmicos e complexos. (FONSECA; CARAPETO, 2009, p. 34).

Fonseca e Carapeto (2009, p. 43) tratam de algumas perspectivas sobre governança baseadas na democratização e participação da sociedade civil, fazendo uso de textos da

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sobre seus estudos de democracias ocidentais modernas, que focam a governança na perspectiva dos governados, “apoiados em dois princípios nucleares como a democracia e a participação da sociedade civil”.

No bojo desse contexto democrático e participativo, e traduzindo isso em ações, o Brasil vem dando passos significativos no modo de conduzir suas políticas públicas. Um marco teórico inicial deu-se com a promulgação da Constituição Federal de 1988, após muitos embates, a favor de uma reforma político-administrativa do Estado. Mas, somente 15 anos depois essas diretrizes foram materializadas nos Planejamento Governamental. Um dos marcos da materialização das diretrizes sobre governança se faz presente no Plano Amazônia Sustentável (PAS) e no Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó (PDTASM), frutos da mudança de abordagem política.

A discussão do PAS teve início em 2003, numa Oficina ocorrida nos dias 13 e 14 de Novembro, em Brasília, com o objetivo central de discutir estratégias de intervenção com um olhar territorial, com a participação do Governo Federal, juntamente com intelectuais e órgãos dos Governos Estaduais e Municipais, em que foram discutidas as bases teóricas e conceituais que substanciariam as diretrizes das estratégias de ação governamentais, pautadas na abordagem territorial, centrada em diretrizes descentralizadas e democráticas, buscando diminuir as desigualdades regionais, após quase duas décadas do surgimento do tema no Brasil.

Dessa maneira, as diretrizes para implementação das ações do Plano do Marajó partiram da premissa de intervenção territorial desvinculada das formas anteriores à CF de 1988, imprimidas na região, e não se restringem apenas à dimensão econômica, como previsto nos anos de 1930 até a CF-88, com os planos de Desenvolvimentista (CARGNIN, 2007, p. 6-10). Gonçalves (2006), tendo como referencia Diniz (1995), é crítico ao antigo modelo de planejamento do Estado, fazendo uso de documentos do Banco Mundial, os quais tecem críticas ao Estado, por enfatizar a dimensão econômica, e subjugando o social, resultando em ações não eficazes.

Busca-se estimular os potenciais endógenos de desenvolvimento com projetos que levem em consideração a exploração de especificidades regionais, sua valorização a partir da agregação de valor e a criação de oportunidades objetivas de geração de emprego e renda (BRASIL, 2008, p. 15). As diretrizes do termo desenvolvimento territorial valorizam as diversas dimensões (socioeconômica e ambiental),

Desse modo, os processos de governança são mais que padrões, pautados no viés econômico e isolados; são padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos políticos que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico, operando em um plano mais amplo, englobando a sociedade como um todo (GONÇALVES, 2006, p. 3).

Concordando com Gonçalves (2006), para Rosenau (2000), a governança é um fenômeno mais amplo que o governo, abrange as instituições governamentais, mas também implica em mecanismos formais, de caráter não governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam as suas demandas.

Esses mecanismos formais materializam-se, em muitos casos, por meio da criação de instâncias de gestão compostas por representações das três esferas do poder e a participação da sociedade civil, configurando a descentralização dos processos, assim como fomentador de espaços participativos para integrar, de forma justa e igualitária, com a sociedade civil no processo de governança.

Nesta nova configuração, o Estado tem o papel de indutor e regulador territorial; como afirmou Moraes (2005): “pensa-se o Estado como agente regulador e harmonizador, e não como gerador de impactos negativos (sociais, ambientais e econômicos)”. Quando o Estado fomenta esses espaços de participação, a sociedade local valida a sua ação, como afirma Magalhães (2009, p. 65): “as políticas públicas expressam a ação do Estado mediando os interesses e as reivindicações de atores sociais e/ou econômicos. Nesse sentido, uma política pública governamental requer a transparência, acesso e participação desses atores de forma multilateral”.

A governança não é ação isolada da sociedade civil, buscando maiores espaços de participação de influência sem a participação do Estado. Ao contrário, o conceito compreende a ação conjunta de Estado e sociedade na busca de soluções e resultados para problemas comuns. O conceito de governança surge quando o modelo de governar do Estado não consegue atender as demandas da população inserida em uma dinâmica complexa global, pois oferece instrumentos e diretrizes norteadoras para os desafios postos pela dinâmica global.

O nível local é valorizado nessa nova lógica. De acordo com Fonseca e Carapeto (2009, p. 50), ele “transformou-se assim, numa importante esfera de poder dos cidadãos, onde se verifica de forma mais intensa as novas formas de diálogo público, dada a maior proximidade entre o aparelho institucional e as populações”.

Valorizar o envolvimento de uma maior diversidade de grupos de interesse é considerar as suas particularidades, as expertises de cada uma, favorecendo para o enriquecimento as ações de interesse comum. Sobre isso, Ckagnazaroff et al. (2008, p. 185), fazendo uso dos estudos de Junqueira (1998), afirma a importância de haver uma diversidade de saberes e experiência envolta de um projeto, para ocorrer efeitos sinérgicos em situações complexas.

Ainda sobre a Governança, segundo Ckagnazaroff et al. (2008, p. 185), mais do que ter uma diversidade de saberes, é consolidar esses laços, por meio de parcerias, sejam formais ou informais, buscando nas expertises a atuação para cada parceiro. Sobre esse tema, os autores trazem considerações de Lewis (2001): “trata sobre a importância das parcerias, atentando sobre a divisão de responsabilidades, tendo em comum a busca dos mesmos objetivos”.

A Governança vem para contribuir com diretrizes democráticas e participativas, diante da realidade complexa que é posta/ imposta na dinâmica atual, que privilegia a escala global, hierárquica, hegemônica, economicista. Dessa maneira, o que esse conceito nos traz, são diretrizes que evidenciam como discutir, elaborar e monitorar as políticas públicas, de forma sinérgica, por meio da cooperação, articulação, primando pela descentralização e participação da sociedade civil organizada no planejamento e gestão das ações, seja na Federal, Estadual, Municipal e Local.

2.1 Governança territorial

Na busca de elementos teórico-conceituais para subsidiar as discussões e o resultado desta pesquisa, este tópico apresenta alguns pressupostos do ensaio teórico do pesquisador Valdir Roque Dallabrida, a partir da sua perspectiva do debate sobre a gestão dos territórios, nos processos de desenvolvimento territorial com o uso do termo Governança Territorial definido como, “a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos, constituindo-se na fonte sinergizadora do desenvolvimento territorial” (DALLABRIDA, 2014, p.).

Inspirado pela mudança do planejamento público brasileiro, Dallabrida (2001); (2003); (2006); (2009-2007); (2014) traz uma nova abordagem intitulada de “gestão societária do processo de desenvolvimento local/regional/territorial”. Seu uso, segundo o autor, “sustenta-se na hipótese de que o desenvolvimento tem uma relação direta com a dinâmica (sócio, econômica, ambiental, cultural e política)”.

O autor ressalta que o termo governança e sua relação com a prática da gestão do desenvolvimento territorial têm recebido enfoques parciais, exigindo aprofundamento na indicação de uma terminologia que abarquem enfoques interdisciplinares, principalmente, contemplando abordagens das ciências sociais, como por exemplo, da Geografia na perspectiva de superar interpretações uni-centristas (DALLABRIDA, 2014, p. 2).

Na perspectiva de contribuir com essa relação e introduzindo essa discussão, Dallabrida e Becker (2003) afirmam que ‘governança territorial’ foi concebida como exercício do poder e da autoridade, por parte dos cidadãos ou grupos devidamente articulados nas suas instituições e organizações, incluindo todos os processos, com o objetivo de diagnosticar a realidade, definir prioridades, planejar e implementar as ações e, assim, determinar como os recursos financeiros, materiais e humanos deva ser alocados, para dinamização das potencialidades e superação dos desafios, visando o desenvolvimento territorial.

De acordo com os autores, o processo de governança territorial é legítimo quando os grupos de interesse tomam para si os caminhos para o seu desenvolvimento, permitindo, assim, a efetividade de seu projeto de desenvolvimento territorial, pois conhecem, vivenciam os desafios a serem superados, buscando soluções justas e coerentes para saná-las.

Contudo, Dallabrida (2007, p. 15), enfatiza que esses processos de governança territorial são somente possíveis quando a sociedade de uma determinada região ou território está organizada em redes de poder socioterritorial; esse termo refere-se a cada um dos segmentos da sociedade civil organizada territorialmente, representados pelas suas lideranças. Esta constitui-se na principal estrutura de poder que, em cada momento da história, assume posição hegemônica, tornando-se capaz de dar direção político-ideológica ao processo de desenvolvimento (DALLABRIDA, 2007, p. 49).

Essas redes, segundo o autor, de forma democrática e participativa constroem consensos mínimos, os quais representam a decisão acordada naquele momento histórico, no que se refere à superação de seus desafios, resultando nos chamados pactos socioterritoriais, que são acordos ou ajustes decorrentes de processos de “concertação social”, que ocorrem entre os diferentes representantes de uma sociedade organizada territorialmente, relacionados à definição de seu projeto de desenvolvimento (DALLABRIDA, 2007, p. 49).

Portanto, para efeitos de um legítimo processo de governança territorial, segundo o autor, considera com elemento essencial: a “concertação social”¹ (a união faz a força), entre

¹ Dallabrida retira esse termo do trabalho de Boiser (1998).

redes de poder, para juntos construírem um pacto socioterritorial, ou seja, viabilizarem um projeto de desenvolvimento territorial.

A “concertação social” torna-se um importante elemento para legitimidade do processo de desenvolvimento territorial. De acordo com Dallabrida (2007, p. 46), a “concertação social” torna-se um elemento primordial na perspectiva do desenvolvimento territorial, trata-se da convergência dos anseios dos grupos de interesse, em torno da resolução de projetos comuns. Assim, entende-se a “concertação social” como o processo em que representantes das diferentes redes de poder socioterritorial, por meio de procedimentos voluntários de conciliação e mediação, assumem a prática de gestão territorial de forma descentralizada.

Dessa maneira, é fundamental que seja por meio de processos de “concertação social” que a sociedade de uma determinada região/território organizada em suas redes de poder socioterritorial, democraticamente se propunha construir consensos mínimos que representem a decisão acordada naquele momento histórico, no que se refere à superação de seus desafios. Isso implica na participação dos diferentes atores sociais, econômicos, ambientais, como protagonistas do processo de desenvolvimento territorial.

Esses consensos mínimos são estabelecidos, por meio de relações horizontais entre os diferentes atores, em que cada um participa ativamente, em condições iguais, fortalecendo relações de confiança entre os setores, facilitando a comunicação e o entendimento entre eles, contribuindo para uma governança territorial (DALLABRIDA, 2007, p. 48).

Acerca do termo Governança Territorial, percebeu-se que seu sentido elucidava o contexto da iniciativa fomentada no Rio Canaticu, pois, como tratado aqui, “... governança territorial refere-se a iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperados dos atores sociais, econômicos e institucionais” (DALLABRIDA, 2014, p. 17).

Além disso, segundo o autor, “*governança territorial pode ser percebida como uma instância institucional de exercício de poder de forma simétrica no nível territorial*”, a exemplo da instância informal a priori formada, a qual iniciou as discussões para viabilidade de implementar os acordos e a instância a posteriori formada, o Núcleo gestor da Pesca; esta pesquisa propõe diretrizes para seu fortalecimento.

Em síntese, o processo de governança territorial, segundo Dallabrida (2014, p. 18), perpassa basicamente por três etapas:

- 1) Definição de uma estratégia de desenvolvimento territorial e a implementação das condições necessárias para sua gestão;
- 2) A construção de consensos mínimos, por meio da instauração de diferentes formas de “concertação social” como exercício da ação coletiva;
- 3) A construção de uma visão prospectiva de futuro.

Esses três pontos estão fortemente ligados com o processo endógeno do Canaticu. Antes de avançar para os resultados, os próximos tópicos contribuem com elementos e suas respectivas contribuições para análise desta pesquisa.

2.1.1 Território

Esse tópico apresenta uma breve revisão teórico-conceitual da categoria Território, segundo, Raffestin (1993), Moraes (2005), Gottmann (2012), Fernandes (2007) e Saquet (2007), no sentido de entender a sua contribuição no contexto atual das políticas públicas, diante da dinâmica complexa atual. Trata-se de um elemento que representa a materialização, anseios dos grupos de interesse dos territórios, em determinado tempo-espaço, que produzem e reproduzem continuamente, resultando em suas dinâmicas territoriais diversas.

Dallabrida (2007, p. 51) fundamenta-se nessa categoria para expressar sua conceituação de desenvolvimento; ele assume por sua relação com o campo das ciências sociais, mais precisamente da geografia o uso preferencial do conceito ‘desenvolvimento territorial’. Não se desconhece a diferença conceitual local e regional.

O conceito aqui assumido de território parece mais adequado, sob o ponto de vista teórico, o uso da expressão ‘desenvolvimento territorial’, por que a noção de território pode referir-se aos âmbitos espaciais, com abrangência tanto local como regional e, pelo fato de que o conceito de território assumido tem uma correlação muito mais próxima com o enfoque do desenvolvimento aqui destacado.

Nesse contexto de reformulação das bases conceituais e diretrizes da política governamental do Brasil, as ciências, de forma geral, tiveram um importante papel ao atualizarem suas bases conceituais diante das mudanças. Neste sentido, a ciência geográfica como ciência de análise do espaço, e tendo a política como um dos seus temas de abordagem, tem um importante papel ao identificar e analisar a nova configuração espacial da política territorial após a reforma do Estado brasileiro, por meio de seus instrumentos teóricos, metodológicos e tecnológicos.

No bojo sobre a relação entre a política atual e o uso do território, como palco de efetividades das ações conduzidas pelos grupos de interesses territoriais, Castro (2005, p. 30), pontua essa relação entre a política, compreendida como modo de organização dos conflitos de interesse; e o território, a arena privilegiada da ação, define as muitas dimensões das relações espaço-sociedade que envolvem temas específicos e requerem um aparato conceitual e metodológico adequado. Em outras palavras, é um recurso ao aparato da geografia política que essas dimensões poderão ser investigadas em profundidade, as quais não serão analisadas nesta pesquisa.

Mas, o que é o território? Qual a importância do seu uso nessa perspectiva política pós - CF 88? O território forma-se a partir do espaço, e é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 2).

Segundo Raffestin (1993), o território é a materialização da ação de um ator, grupo, sociedade que, em um determinado tempo-espaço, molda-o por meio de suas relações de poder. Dessa maneira, o território é construído e organizado em espaço-tempo distintos, produzido e reproduzido diariamente por meio de interesses específicos, resultando em territorialidades específicas.

Ainda segundo este autor, o território e a territorialidade são multidimensionais e inerentes à vida em sociedade. O homem vive relações sociais, a construção do território, interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas, que se assentam na construção de malhas, nós e redes. A territorialidade se manifesta em distintas escalas espaciais e sociais e varia no tempo.

Para esse autor, o território é uma produção a partir do espaço alterado, modificado pela apropriação de um ator; nessa perspectiva, é um espaço onde se projeta um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

O território materializa-se por meio de informações intencionais, sejam objetivas ou subjetivas, representando o poder exercido pelo ator ao se apropriar do espaço. Dependendo das intencionalidades, o território caracteriza-se em distintas dinâmicas socioespaciais, fruto de diferentes dimensões sociais: políticas, econômicas, ambientais e culturais.

A característica de cada território está carregada de diferentes intenções sobre as quais os atores expressam suas vontades no território, territorializando relações que

são marcadas pelo poder e, dependendo do contexto histórico, de conflitos de interesses que formam o campo conflituoso no território marcado pelo poder em conflito (SILVA, 2004).

No que se refere à intencionalidade, Fernandes (p. 3-4) afirma que, a intencionalidade, compreendida como propriedade do pensamento e da ideologia em que o sujeito delibera, planeja, projeta, dirige e propõe a significação, e, por conseguinte, a interpretação realiza-se por meio das relações sociais no processo de produção do espaço e na compreensão desse processo. Deliberar, planejar, projetar, dirigir, propor, significar, interpretar, são verbos que explicitam ação e poder. O poder de significar e interpretar expressa a intenção, a pretensão do sujeito.

A intencionalidade expressa, portanto, um ato político, um ato de criação, de construção. Este ato político exprime a liberdade da criação, da significação e da interpretação. Esta é uma forma de construção do conhecimento. Os sujeitos utilizam suas intencionalidades criando, construindo, produzindo suas significações dos conceitos, suas interpretações ou “enfoques” da realidade, evidenciando aspectos de acordo com interesses, definindo seus espaços e seus territórios, concretos e abstratos, materiais e imateriais.

Gottmann (2012) sintetiza que o território consiste de componentes materiais ordenados no espaço geográfico de acordo com a ação humana. “Os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político. Território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos” (GOTTMANN, 2012 p. 523).

Quanto ao uso da “abordagem territorial”, em alguns casos, torna-se equivocado. A definição de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não considera as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos no “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial. Ao se ignorar propositalmente os distintos tipos de território, perde-se a multiescalaridade, porque estes territórios estão organizados em diversas escalas geográficas, desde a local até a escala internacional.

O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa então sua mais cara propriedade: as relações de poder. Por essa razão, parece-nos que a multidimensionalidade, embora presente na significação do conceito de território em muitos artigos e documentos, não se realiza, porque implicaria na socialização das tomadas de decisão. Assim também a multiescalaridade é completamente desprezada,

porque significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais (FERNANDES, p. 4-5).

Contribuindo para essas diferentes abordagens territoriais, Milton Santos distingui o território como recurso, prerrogativa dos “atores hegemônicos”, e o território como abrigo dos “atores hegemonzados”.

[...] as sociedades tradicionais conjugavam a construção material (“funcional”) do território como abrigo e base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura. Já na sociedade “disciplinar” moderna (até por volta do século XIX) vigorava a funcionalidade de um “enclausuramento disciplinar” individualizante através do espaço – não dissociada, é claro, da construção da identidade (individual, mais do que de grupo) (SANTOS, 2000, p.12).

Uma dessas tantas expressões territoriais, o território dos pescadores artesanais, essencialmente como recurso, em especial da Amazônia, são reconhecido a partir da sua apropriação do espaço por meio de suas práticas, funções, do trabalho diário estabelecido em comum no território, norteando o seu modo de vida. Os pescadores artesanais são grupos que se apropriam de um espaço (natureza), produzindo e reproduzindo diariamente territorialidades marcadas por suas relações de poder, caracterizadas por um conjunto de elementos tradicionais, a pesca em pequena escala, uso de apetrechos de pesca com baixo em impacto sobre o recurso pesqueiro.

2.1.2 Território dos pescadores

Pescadores artesanais podem ser definidos como aqueles que, na captura e desembarque de toda classe de espécies aquáticas, trabalham sozinhos e/ou utilizam mão de obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos localizados próximos à costa, pois a embarcação e a aparelhagem utilizadas para tal possuem pouca autonomia (GUEDES, 2009, p. 25).

A captura da pesca artesanal é feita por meio de técnicas de reduzido rendimento relativo e sua produção é total ou parcialmente destinada ao mercado. Os pescadores artesanais mantêm contato direto com o ambiente natural e, assim, possuem um corpo de conhecimento acerca da classificação, história natural, comportamento, biologia e utilização dos recursos naturais da região onde vivem (CLAUZET et al., 2005, p. 1).

Compreender a organização espacial das coletividades de pescadores e seus territórios perpassa pela necessidade do entendimento das ações dos diferentes atores sociais, que agem no espaço, apropriando e formando territórios de vivência e reprodução social.

Nesse caso específico, a pesca desponta como um meio de sobrevivência e como atividade econômica para diferentes grupos no contexto amazônico paraense. Essa atividade econômica vem sendo amplamente debatida nas diversas esferas da sociedade, particularmente, nas instituições de ensino e pesquisa, bem como nas coletividades locais das zonas consideradas rurais no âmbito territorial paraense (GUEDES, 2009, p. 27).

Quanto ao território dos pescadores, a territorialização dessas coletividades humanas torna-se materializada no momento em que é percebida a delimitação de seus territórios, a partir da apropriação e uso.

Dessa forma, os pescadores são capazes de delimitar, por meio das suas práticas, os recortes espaciais e representá-los por meio das suas construções sociais, formando uma malha política que faz emergir forças localizadas do espaço. E tais forças, mesmo não sendo reconhecidas e legitimadas pelo poder estatal, são pertinentes como formas de assegurar seus domínios de vivência e reprodução, isto é, suas territorialidades. Em síntese, as coletividades de pescadores constroem relações de poder no uso do território realizando a atividade da pesca (GUEDES, 2009, p. 28).

Guedes (2009) traz uma excelente contribuição para os estudos sobre as territorialidades de pescadores artesanais da Amazônia, ao afirmar que as territorialidades produzidas por meio da apropriação e uso territorial, delineadas por meio das relações de poder, delimitam materialmente e simbolicamente suas territorialidades. “Compreender o território e a territorialidade dos pescadores é fundamental para o entendimento das distintas espacialidades e temporalidades criadas por e a partir das atividades pesqueiras na Amazônia paraense” (GUEDES, 2009, p. 27).

Não se pode desconsiderar que as diferentes escalas de atuação socioespacial estão inter-relacionadas com a forma de apropriação do território e o uso racional dos recursos, ocorrendo uma superposição de escalas, gerando muitas vezes conflitos, o que impõe necessidade de ações capazes de ordenar o território “disciplinando” os usos múltiplos (GUEDES, 2009, p. 27).

Para Gottmann (2012) e Santos (1994), o território como abrigo é aquele que serve de abrigo àqueles que nele vivem e, portanto, implica em reconhecer os nexos entre espaço herdado e espaço atualizado por práticas autônomas de resistência. A matriz do território como recurso orienta compartimentações hierárquicas, obedientes às ordens que fogem ao

controle dos lugares, por isso são produtoras de desordem onde se instalam. Nesta matriz, reconhecemos as compartimentações dominantes do espaço.

O território, de acordo com a autora, ganha importância, não só para o Estado-Nação, mas também para os diferentes atores sociais, pois o território é gerado pela prática social e produto consumido, vivido e utilizado como meio, sustentando a prática societal (BECKER, 1983). Segundo Gottmann (1973/2005) apud Saquet (2007, p. 08), “os atores hegemônicos usam principalmente como um território recurso, garantia para realização de seus interesses particulares, recurso no sentido de fornecer matéria-prima”.

2.1.3 Política Pública Pesqueira na Amazônia

A atividade pesqueira na Amazônia configura-se como elemento presente na dinâmica socioeconômica espacial dessa região por séculos, produzida e reproduzida diariamente por uma população tradicional que reside na beira de rios e igarapés, a qual faz uso de seus recursos naturais disponíveis. Desse modo, a atividade pesqueira para essas populações representa historicamente uma prática inerente ao seu cotidiano, contribuindo como fonte de alimentação, de sobrevivência e reprodução.

Segundo Moraes, (2005, p. 29):

Desde o surgimento da humanidade, variados domínios sobre a natureza constituíram-se em condições para a manutenção, reprodução e consolidação da espécie humana na terra. As formas mais elementares de adaptação da natureza estiveram sempre relacionadas à obtenção de alimentos, sejam eles provenientes da caça, coleta de frutos e tubérculos ou da pesca.

A relação homem e a natureza consistem em trocas materiais e imateriais constante. As populações tradicionais ribeirinhas, ao se apropriarem da natureza, especificamente dos rios, igarapés para uso dos recursos pesqueiros destinados para sua alimentação, e seu excedente para venda, faz uso de instrumentos e técnicas tradicionais, singularizando o seu domínio sobre a natureza. A capacidade técnica e instrumental de um grupo, conseqüentemente, determinará a intensidade de interferência na natureza.

As técnicas e instrumentos de pesca utilizados por estas populações, os apetrechos de pesca (espinhel, puçá) influenciam diretamente na extensão do território de pesca e da quantidade de recurso pesqueiro retirado. “A pesca de pequeno porte se caracteriza por ser uma atividade sazonal e com apetrechos simples, sendo a produção em pequena escala baseada em técnicas artesanais” (FURTADO, 1990, p. 15).

Como afirma Moraes (2005, p. 30), “no Brasil, a pesca já era desenvolvida pelos primeiros habitantes, as população indígenas que dominavam algumas técnicas para capturar peixes. A partir da chegada dos portugueses, foram introduzidos novos instrumentos”. A pesca é uma das atividades humanas mais importantes na Amazônia, constituindo-se em fonte de alimento, comércio, renda e lazer para grande parte de sua população, especialmente a que reside às margens dos rios de grande e médio porte.

Entretanto, como já abordado anteriormente, o território não é um ente isolado, mesmo delimitado a partir do uso (i) material por um determinado grupo de interesse, ele está vulnerável a interferência global, trazendo em seu bojo elementos que transcende fronteiras (i) materiais, influenciando (in) diretamente nos territórios por meio de interesses de agentes externos. Desse modo, a abordagem do território, desconsiderando a atual configuração socioespacial global, pode acarretar a não leitura da sua totalidade.

O próprio processo de colonização dessa região, desencadeado a partir dos séculos XVII e XVIII e centrado ao longo da calha do Solimões/ Amazonas e de seus principais tributários é, em certa medida, o reflexo da importância dos rios e dos recursos pesqueiros na vida do homem amazônico (SANTOS; SANTOS; 2005, p. 167).

Os autores citados enfatizam a relação das primeiras populações amazônicas com o rio e como as técnicas e instrumentos utilizados para se apropriar dos recursos pesqueiros e se desenvolveram ao longo do tempo, influenciados por variáveis internas e externas que contribuíram para facilitar o acesso e aumento desses recursos.

De acordo com Castro e McGrath (2001 apud McGrath et al., 1993, p. 113), foi a partir da década de 1960 que um conjunto de fatores, incluindo o aumento do mercado de pescado, a introdução de novas tecnologias de pesca, políticas de fomento do setor pesqueiro e a decadência da juta, a principal atividade econômica da várzea, levou à intensificação da pesca na Amazônia. O aumento na eficiência da pesca, devido ao incentivo do governo às empresas de pesca, combinado às inovações tecnológicas de captura (fio sintético), de transporte (barcos a motor), e de armazenamento (fábricas de gelo e caixas de isopor) do pescado, abriram espaço para a pesca comercial como atividade econômica principal na várzea entre os ribeirinhos e o pescador comercial profissional.

Nos anos de 1960, houve uma quebra de paradigma para atividade pesqueira no Brasil, como afirmam alguns autores, diante das mudanças institucionais que ocorreram neste período. Há três momentos institucionais com perfis de atuação distintos, que são importantes para a compreensão da política atual.

Um marco técnico-instrumental da pesca na Amazônia ocorreu a partir das décadas de 1950 e 1970, com a introdução de novos apetrechos de pesca, feitos com fibras de nylon, uso de motores a diesel nas embarcações de pesca, aumento na fabricação de gelo e expansão da pesca comercial, incentivados por planos governamentais. Outro momento de extraordinária expansão ocorreu em meados da década de 1970, com o colapso das plantações de juta, ocasionado pela introdução de fibras sintéticas (SANTOS, G.; SANTOS, A.; 2005 apud PEREIRA, 2004).

Estas mudanças favoreceram o desenvolvimento da atividade pesqueira, e resultaram em maior oferta do produto e preço mais competitivo. O órgão responsável pelas políticas para o setor impulsionou esse processo, a exemplo da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), que implementou uma política desenvolvimentista, focada especialmente na pesca industrial, fazendo uso de incentivos fiscais e tributários amparados. Dentre outros, na Lei da Pesca de 1967.

Assim, emergiram problemáticas relacionadas ao aumento da pressão sobre o estoque pesqueiro, como exemplificam Castro e McGrath, (2001, p. 113); com a expansão da pesca comercial, proliferaram-se os conflitos de pesca com pescadores comerciais, que passaram a invadir os lagos de várzea, exercendo uma pressão sem precedentes nos recursos pesqueiros desses ambientes.

Para tentar sanar estes conflitos, surgiram os acordos de pesca, que serão discutidos no próximo tópico.

2.1.4 Acordos de pesca, como instrumento de política pública municipal ambiental, para recuperação e conservação dos recursos pesqueiros

Paralelo ao movimento dos seringueiros para proteger as florestas e seu modo de vida, comunidades ribeirinhas da várzea do rio Amazonas têm se organizado para proteger seus lagos da pressão da pesca comercial. No processo, as comunidades estão desenvolvendo uma nova forma de manejar seus recursos pesqueiros que representa uma adaptação às novas condições, resultando do desenvolvimento da pesca comercial. O elemento central dessa nova estratégia é o acordo de pesca, em que uma ou mais comunidades delimita um conjunto de lagos de várzea e define regras de pesca (CASTRO; MCGRATH, 2001, p. 112).

Em consequência das mudanças político-institucionais da atividade pesqueira no Brasil, um dos elementos fomentados, a pesca comercial, vem contribuindo para o aumento da pressão sobre estes recursos, como evidenciam alguns estudos que passaram a alterar

consideravelmente a captura, resultando em problemática de ordens socioeconômicas e ambiental diversas: diminuição dos estoques (em consequência aumento no preço), conflitos por pontos de pesca.

As populações tradicionais ribeirinhas, percebendo no seu dia-a-dia a escassez do pescado e constatando a ausência de política pública destinada para mediar esta problemática crescente, passaram a discutir localmente formas de minimizar esses impactos; assim surgiram os Acordos de Pesca.

Os Acordos de Pesca são elaborados por moradores comunitários que pescam em um mesmo sistema de lagos, de áreas de várzeas, igarapés, furos, dentre outros. Uma das medidas tomadas é a limitação de acesso à área de pesca, aos pescadores que não fazem parte do grupo que tradicionalmente pescam na região, os chamados “pescadores de fora”. Estes “pescadores de fora”, possuem barcos motorizados, as “geleiras”, que apresentam capacidade de captura e armazenamento maior que a dos pescadores locais, sendo, portanto indesejável a sua presença por parte destas populações (COSTA, 2010, p. 18).

Os acordos visam minimizar os impactos gerados pelo aumento da pressão sobre os estoques pesqueiros. Esse aumento é atribuído pelas populações locais aos “pescadores de fora”, como afirma Costa (2010), que não tem apreço, ligação com os pontos de pesca, portanto, usam de técnicas desenfreadas sem medir os impactos na natureza (recursos) e para as populações.

Neste sentido, os Acordos delimitam e controlam áreas geográficas específicas (MCGRATH, 2001), visando amenizar ou controlar o acesso de outros pescadores em “seus” territórios aquáticos, e manter grande parte do contexto geográfico já existente na área, sendo os acordos utilizados também como um instrumento que lhes garanta o uso, a posse e o controle de “seus” territórios.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DA PESQUISA: RIO CANATICU, MUNICÍPIO DE CURRALINHO

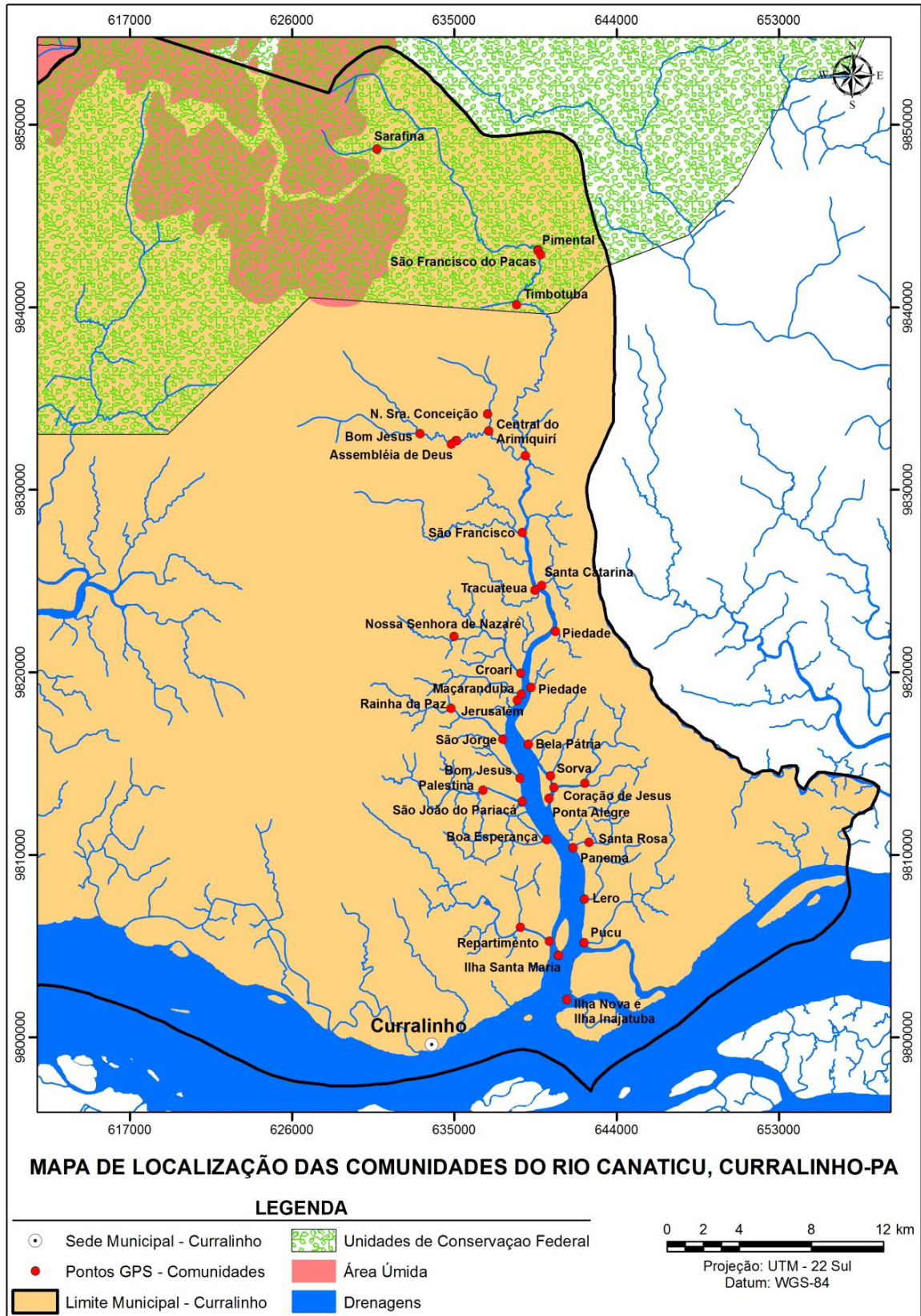
O município de Curralinho pertence à Mesorregião do Marajó e Microrregião de Furos de Breves (Figura 1). Segundo o IBGE (2010), sua população é de 28.549, destas 17.644 vivem na zona rural. Essa população rural é predominante ribeirinha, sendo suas principais atividades econômicas vinculadas ao extrativismo vegetal do açaí, peixe, camarão, palmito, madeira, além do cultivo de pequenas lavouras familiares. Para se chegar à Curralinho, a capital Belém/PA é considerado o ponto de partida; são aproximadamente de 4 a 12 horas de viagem de barco (dependendo da capacidade do motor), passando pela baía do Guajará, furos e rio Pará.

Neste contexto, está inserido o Rio Canaticu. Ao todo, são rios, igarapés, furos e diversas localidades, nas quais residem mais de 1.500 famílias. Segundo os moradores, o diferencial em relação ao restante do município não está apenas em suas características naturais, mas na população residente que soma um total de 8.500 pessoas residindo em uma área de aproximadamente 12.908 ha, que produzem e reproduzem, cotidianamente esse território, com uma dinâmica fortemente ligada ao rio, por meio de relações socioeconômicas e ambientais distintas, em especial a atividade pesqueira.

Para fins de coletar os dados para subsidiar esta pesquisa, foram realizadas duas viagens distintas ao longo do rio Canaticu e seus afluentes, as quais permitiram identificar as suas localidades, gerando dois mapas (figura 02 e 03). A primeira viagem ocorreu nos dias 12 e 13 de Outubro/2013, a qual alcançou 70% do resultado da figura 01; a segunda ocorreu no dia 18 de Julho de 2014, a qual completou com os 30% restantes.

As duas incursões foram realizadas com o apoio da colônia de pescadores Z-37, permitindo a efetividade das duas incursões. Nas duas ocasiões, foi possível também conhecer moradores ilustres, que dividiram um pouco de suas experiências de vida, em especial de pescaria. A figura 02 apresenta a distribuição geográfica de algumas localidades do rio Canaticu.

Mapa 1- Mapa de algumas localidades ao longo do Rio Canaticu e seus afluentes



Fonte: Instituto Peabiru (2014).

O mapa 1 apresenta a localização da maioria² das comunidades, congregações, vilarejos e rios que contribuem para a diversidade do Rio Canaticu, a qual influência diretamente na dinâmica socioeconômica e ambiental. Na totalidade de sua extensão, o Rio Canaticu tem três cursos, de acordo com os seus moradores, apresentados no quadro 2:

Quadro 2 - Comunidades, congregações, vilarejos, rios do Rio Canaticu, distribuído nos seus três cursos

Curso	Comunidades, congregações, vilarejos, rios
Alto	Sarafina, Pimental, São Francisco dos Pacas, Timbotuba, Central do Aramaquiri.
Médio	São Francisco, Tracuateua, Santa Catarina, Piedade, Nossa Senhora de Nazaré, Croari, Massaranduba, Piedade, São Jorge, Jerusalém, Bom Jesus, Sorva, Coração de Jesus, Ponta Alegre, Santa Rosa, Boa Esperança, São João do Pariacá, Palestina, Santa Rosa, Panema.
Baixo	Lero, Pucu, Repartimento, Ilha Santa Maria, Ilha Nova e Ilha Inajatuba.

Fonte: Instituto Peabiru, (2014). Elaborado por Oliveira (2014).

Percebe-se por meio da figura 1 e do quadro 2, que há uma densidade populacional maior no médio e no baixo Rio Canaticu, próximo da sede municipal, com maior número de comunidades, congregações, vilarejos e rios, contrastando com o alto rio Canaticu, o qual apresenta um adensamento populacional menor e mais disperso.

Essa geografia pode favorecer na materialização de dinâmicas diferenciadas, como por exemplo, os moradores do médio e do baixo podem ter uma maior ou menor relação com a cidade e até mesmo com os outros moradores do Rio, podendo influenciar na relação com o meio ambiente, em especial, nos recursos pesqueiros.

Essa hipótese é confirmada, empiricamente, por meio de conversas. Sobre essa relação mais próxima com a sede municipal, podendo estar influenciando na apropriação dos recursos pesqueiros, o Professor Carlos Oliveira falou que “as pessoas estão entrando na lei do menor esforço, inserido no meio digital. Hoje é fácil vir ao mercado comprar, não se atentando que vai fazer mal a saúde. E quando decidem pescar, são predatórios”.

Esses fatores serão discutidos no próximo tópico, por meio de alguns relatos de moradores do Rio Canaticu, evidenciando a existência de uma problemática pesqueira.

² Não foi possível mapear todas as localidades do Rio Canaticu e seus afluentes, devido à dimensão territorial, inviabilizando alcançar 100% do território.

3.1 A problemática da escassez do pescado no Rio Canaticu, Município de Curalinho

Os moradores do Rio Canaticu vêm enfrentando uma problemática perceptível no seu cotidiano: a escassez do pescado, derivado por alguns fatores identificados por esta pesquisa, como aumento populacional, introdução de artes e apetrechos inadequados de pesca utilizados de forma, tempo e locais errados, e a possível falta de uma política voltada para gestão ambiental. Esses fatores vêm comprometendo, diretamente, o modo de vida e as relações estabelecidas desses moradores com seus pares e com o meio ambiente.

Segundo relatos locais, devido à escassez do pescado, alguns moradores passaram a buscar esse recurso em outros lugares, resultando na “invasão” de outras propriedades e dos chamados “pesqueiros”, que são locais onde cada pescador define como seu território de pescaria.

Os pescadores são capazes de delimitar, por meio das suas práticas, os recortes espaciais e representá-los por intermédio das suas construções sociais, formando uma malha política que faz emergir forças localizadas no espaço. E tais forças, mesmo não sendo reconhecidas e legitimadas pelo poder estatal, são pertinentes como formas de assegurar seus domínios de vivência e reprodução, isto é, suas territorialidades. Em síntese, as coletividades de pescadores constroem relações de poder no uso do território, realizando a atividade da pesca (GUEDES, 2009, p. 28).

A invasão dessa territorialidade evidencia-se no relato, de um dos moradores mais antigos do Rio Canaticu, o Sr. Raimundo Ferreira, 77 anos, residente na Ilha dos Veados, baixo Canaticu.

Nós tínhamos uma fartura imensa nessa ilha [...], tinha paca, jabuti, tatu, veado. O que me consta no ano passado um camarada matou 18 tatus dentro dessa ilha [...], acabou com tudo.

Hoje nós não temos condição de preservar coisa nem uma, não respeitam a propriedade de ninguém.

Eu já encontrei à noite gente pescando, falando que é pescador e que tem o direito de pescar em qualquer uma praia (Raimundo Ferreira, 77 anos, ilha dos veados).

O relato do morador da Ilha dos Veados evidencia a pressão sobre o recurso natural (a caça), de forma predatória, por meio da invasão de propriedade, além da invasão do pesqueiro do Sr. Raimundo, favorecendo o surgimento de conflitos entre os moradores. Dessa maneira,

pressupõe-se que este mau uso e a ausência de uma política pública, como os acordos de pesca, poderiam minimizar essa pressão e, assim, os conflitos³.

Problemas dessa natureza não se restringem apenas à propriedade do Sr. Raimundo, residente no baixo Canaticu, ela se faz presente ao longo do rio. Desse modo, esse problema é confirmado, por meio de mais dois relatos, advindos de moradoras de localidades distintas, como da D. Maria Baião, 60 anos, moradora da comunidade Piedade, rio São José, médio Rio Canaticu.

“Na minha infância era bom de se viver, ia no mato, pegava peixe, [...] tínhamos jacundá graúdo. Hoje em dia, jogamos o caniço, ele vem do jeito que foi jogado, [...] acho ruim, triste ir pegar o peixe e não tem” (D. Maria Baião, 60 anos, comunidade Piedade, rio São José, médio Canaticu).

De acordo com o relato da moradora da comunidade Piedade, a escassez do pescado é um problema perceptível, pois como D. Maria Baião afirmou, o recurso que antes estava disponível não está mais. Segundo, D. Izabel Oliveira, 61 anos, moradora da comunidade Sagrada Família, médio Rio Canaticu:

Antes, tinha puçá, não tinha o matapí.
Meu pai usava espinhel, pegava pescada, mandubé. Naquele tempo tinha pirarucu.
Antigamente os antigos mariscavam. Atualmente os jovens usam tarrafa, malhadeira.
A população aumentou, tem mais consumo, tá mais difícil.
Se precisamos comer, precisamos comprar (D. Izabel Oliveira, 61 anos, moradora da comunidade Sagrada Família).

³ Segundo (HATTMANN, 2001, p. 126 - 127), ocorrem notadamente na Amazônia desde os anos 70, nos Estados do Pará e da Amazônia, sérios conflitos relacionados ao aproveitamento dos recursos hídricos e pesqueiros em águas interiores. Mais especificamente estes conflitos são provenientes:

1. da competição entre grupos de pescadores para os recursos pesqueiros existentes, uma vez que, enquanto uns defendem tais recursos para servir, principalmente as comunidades ribeirinhas locais; outros, chamados localmente de pescadores “profissionais” ou “comerciais”, pressionam para um maior reaproveitamento dos recursos pesqueiros existentes na região, destinando essa produção aos grandes centros consumidores. Outro tipo de conflito de pescadores ocorre pelo uso de equipamentos recentemente introduzidos de maior eficácia, ou pelo uso de artes e equipamento de pesca predatório.
2. da competição entre pescadores e membros de outros setores econômicos, para o aproveitamento não só das margens dos rios e lagos e das várzeas, como também da terra firme, para fins de agropecuária (inclusive cultivo da juta), exploração florestal, especulação imobiliária e outros, e das degradações no meio ambiente aquático, decorrentes do uso indiscriminado destas áreas.
3. da poluição e de outras transformações químicas e físicas dos recursos hídricos, oriundas da mineração, da implantação de projetos industriais e agro-industriais e da construção de usinas hidrelétricas com as suas barragens; estas últimas não só conduzem a transformação do regime da água, fazendo desaparecer espécies de pescado de grande importância para pesca artesanal da região, mas também levam a uma completa desestruturação social e econômica das comunidades ribeirinhas. Vale também mencionar os efeitos da (i) migração de largas populações em busca de emprego, provocadas pela implantação destes projetos e outras mudanças econômicas.

O relato de D. Izabel Oliveira vem ao encontro do segundo relato, expondo de forma saudosa a disponibilidade do recurso pesqueiro e sua biodiversidade, além disso, também aponta outros fatores, os quais podem ter contribuído para a escassez do pescado, como a utilização de outros apetrechos de pesca utilizados atualmente pelos jovens e o aumento populacional da população. Os relatos apresentados são de três moradores, residentes em três comunidades distintas ao longo do Rio Canaticu, dois recortes espaciais com características peculiares e ao mesmo tempo semelhantes, mas que apresentam percepções iguais; isso justificar-se pelo fato de estarem inseridos na mesma realidade o Rio Canaticu, como apresenta-nos a figura 1.

Figura 1- Mapa de localização da Ilha dos Veados, Sagrada Família e Piedade ao longo do Rio Canaticu



Fonte: Instituto Peabiru (2014). Elaborado por Freire (2014).

Em relação ao alto Canaticu, a problemática da pesca é perceptível, de acordo com algumas lideranças, mas não tão forte como no médio e no baixo Canaticu. No alto Canaticu está presente a RESEX Terra Grande Pracuúba, a qual possui Plano de Uso dos Recursos Naturais, implementado há dois anos por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação e Meio Ambiente (ICMbio). Dessa maneira, existe uma política de gestão dos recursos naturais, contribuindo para que os moradores utilizem os recursos de forma mais sustentável.

Entretanto, de acordo com o Presidente da Associação Mãe das Reservas Extrativistas (RESEX) Terra Grande Pracuúba, este Plano não saiu do papel. Mesmo com uma política

instituída legalmente, por meio do SNUC⁴, em especial para áreas de uso sustentável com a criação das RESEX, com um órgão federal facilitando o processo, essa política não foi efetivada, pois seu instrumento maior de gestão não foi discutido com a base, dessa forma deslegitimado, favorecendo para o engessamento de ações sustentáveis.

[...] quando foi escolhido o primeiro gestor em 2003, foi assinado um plano de uso, só que esses planos foram rejeitados, sendo que as comunidades nem sabiam disso, e quando souberam não apoiaram. O plano de uso da reserva tem 2 anos, para 2015 terá que ser revalidado. No início há 2 anos, o CNPT que era responsável, mas nada foi feito. Só depois que ele saiu do poder que foi ver que o Timbotuba e os pacas faziam parte da reserva, isso com a intervenção dos comunitários. Houve cursos de manejo florestal e só eu fiz curso para saber utilizar o GPS. A Simone (gestora) está na gestão há 1,5 anos e nada da gente ver recursos” (Silvio Tavares, presidente da Associação Mãe da RESEX Terra Grande Pracuúba, alto Canaticu).

Mesmo sem efetivação da política, em virtude da mentalidade de alguns moradores, segundo o presidente da Terra Grande, algumas práticas previstas no Plano de Uso são praticadas, a exemplo da malhadeira 0,25 mm, considerada predatória legalmente.

Retomando a discussão daqueles fatores apontados nos relatos dos três moradores (o aumento populacional da população, invasão de propriedade e o uso de apetrechos de pesca inadequados usados em tempos, locais e forma errada), isso pode estar contribuindo para o aumentando da pressão sobre o estoque pesqueiro do Rio Canaticu, impactando diretamente no equilíbrio natural e na dinâmica socioeconômica dos moradores do Rio Canaticu, resultando em na escassez de um recurso comum⁵.

³ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é o conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais. É composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo.

⁵ De acordo com (FEENY *et al* 2001, p. 19) os recursos de propriedade comum caracterizam-se de duas maneiras, a primeira de exclusividade (ou controle de acesso), onde a natureza física dos recursos é tal que o controle do acesso por potenciais pode ser custoso e, no extremo, virtualmente impossível. Recursos migratórios como peixes, vida selvagem e águas subterrâneas impõem óbvios problemas para regulação do acesso e, a segunda, relacionadas a subtração é a capacidade que cada usuário possui de subtrair parte da prosperidade do outro. [...] subtração (ou rivalidade) é a fonte de divergências potenciais entre racionalidade individual e coletiva. [...] Na medida que um usuário de pesca, a captura na unidade de esforço de pesca dos outros diminui. (FEENY *et al* 2001, p. 19 - 21, **grifo nosso**), a título de análise, defini quatro categorias de direito de propriedade, no âmbito das quais recursos de propriedade comum são manejados: **Livre acesso** é a ausência de direitos de propriedade bem definidos. O acesso aos recursos não é regulado, sendo livre e aberto a qualquer pessoa; **Propriedade privada**, os direitos de exclusão de terceiros na exploração e na regulação da exploração dos recursos são delegados a indivíduos; **Propriedade comunal** os recursos são manejados por uma comunidade identificável de usuários interdependentes. Esses usuários excluem a ação de indivíduos externos, ao mesmo tempo em que regulam o uso por membros da comunidade local; e por fim, a **Propriedade estatal**, os direitos aos recursos são alocados exclusivamente no governo que, por sua vez toma decisões em relação ao acesso aos recursos e ao nível e natureza de exploração.

A utilização desses três depoimentos apresenta-se no sentido de afirmar, empiricamente, que é perceptível a escassez do recurso pesqueiro no Canaticu. Dessa maneira, a implementação dos acordos de pesca surge como alternativa para minimizar e/ou reverter esse cenário, por meio dos moradores locais. Constatase que uma política de gestão poderia ter evitado e/ou minimizado os efeitos dos fatores mencionados, pois, sem dúvida, como se trata de um território inserido em uma dinâmica global, portanto não isolado, esses fatores inevitavelmente estavam passíveis de interferir na dinâmica territorial do Rio Canaticu.

No processo de formação econômica do Brasil e do Estado do Pará, o arquipélago do Marajó foi deixado à margem das grandes transformações. Os poucos registros históricos desse período evidenciam formas de intervenção pontuais, a exemplo das drogas do Sertão, no período colonial, a borracha, e os engenhos de cana de açúcar para produção da cachaça. Essas atividades não mantinham uma relação comercial próxima com o restante do Brasil.

A falta de políticas públicas intermediadas pelo Governo no Marajó é histórica, refletindo em indicadores atuais no território. Segundo o IDESP (2014), o PIB per capita da Mesorregião do Marajó, referente ao período de 1999-2010, apresentam-se em último lugar, comparado às outras regiões paraenses: Baixo Amazonas, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense e Sudoeste Paraense. Esses indicadores evidenciam-se no quadro 3, a seguir:

Quadro 3 - Evolução do PIB per capita das mesorregiões do Pará, referente ao período de 1999-2010, apresentando a mesorregião do Marajó com o menor PIB per capita.

Mesorregião	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Baixo Amazonas	2.357,92	2.551,02	3.031,10	3.614,80	4.162,62	4.718,04	4.808,96	4.863,28	5.343,27	6.474,86	6.176,15	7.642,69
Marajó	1.184,48	1.263,51	1.566,36	1.769,73	1.855,27	1.971,84	2.099,19	2.256,78	2.537,10	2.649,41	2.923,39	3.268,79
Metropolitana de Belém	3.940,66	4.518,91	4.873,32	5.385,96	6.051,89	7.065,29	7.511,01	8.398,69	9.457,01	10.100,39	10.443,25	11.696,78
Nordeste Paraense	1.339,87	1.340,47	1.611,05	1.818,58	2.009,58	2.145,20	2.343,00	2.601,16	3.073,70	3.226,78	3.572,39	4.023,87
Sudeste Paraense	3.245,87	3.870,33	4.703,88	5.271,33	6.135,06	7.528,01	8.471,95	9.580,02	10.463,98	13.496,76	11.857,48	19.484,21
Sudoeste Paraense	1.504,31	1.584,88	1.997,03	2.389,45	2.758,93	3.118,16	3.322,28	3.654,35	4.269,69	4.384,98	4.602,00	5.765,94
Total do Estado	2.689,69	3.037,02	3.482,21	3.917,96	4.448,02	5.191,52	5.612,32	6.240,05	7.006,81	7.992,71	7.859,19	10.259,20

Fonte: IBGE-SEPOF. Elaboração: IDESP (2014).

Ocorreu uma mudança de mentalidade da abordagem política brasileira, materializada com a Constituição Federal de 1988, como afirma Barquero (2002, p. 181): “no decorrer das últimas décadas ocorreu uma significativa mudança na política de desenvolvimento regional” no Brasil, “buscando promover a redistribuição espacial da atividade econômica e a redução das diferenças regionais nos níveis de renda per capita”.

Essa mudança foi derivada por diversos fatores. Segundo Cargnin (2007, p. 2, grifo nosso), isso é “[...] o reflexo de um conjunto de fatores que tiveram como propulsor o processo de acumulação flexível e globalização”. Relacionados a esses fatores, os quais não serão aprofundados nesta pesquisa, “[...] a estrutura e o papel do Estado sofreram profundas transformações. [...] passou a ser caracterizado pelo controle e pela regulação”. O Estado assume um papel de indutor de políticas públicas.

Dessa maneira, o enfoque da política brasileira voltou-se para um desenvolvimento territorial equilibrado entre as regiões, buscando rediscutir estratégias de intervenção equânime, no sentido de diminuir as desigualdades regionais e inter-regionais, como evidenciado nos dados da renda per capita do Pará, apresentados pelo IDESP (2010).

Assim, passa-se a discutir as especificidades, potencialidades, as vocações regionais, negligenciadas pelo Estado, no que se refere à elaboração e implementação de políticas públicas. Cargnin (2007, p. 5) em seu trabalho afirmou que “[...] há uma contradição entre a vontade regional e ação do Estado, pois enquanto a região busca a diversidade, o Estado trabalha pela uniformidade e pela generalidade”.

No bojo dessas mudanças, o Governo Federal integrou ao processo de discussão, em maio de 2003, na cidade de Rio Branco/AC, os Estados da Amazônia Legal, com o objetivo de inseri-las efetivamente no contexto das políticas públicas territoriais de desenvolvimento do país.

O resultado dessa discussão foi a elaboração do PAS, publicado em maio de 2008, que constitui suporte teórico e conceitual, com a definição de diretrizes estratégicas, para elaboração de planos sub-regionais. De acordo com Cargnin (2007, p. 5), “[...] o Estado tem demonstrado avanços sobre o conhecimento de seu território, por outro, pouco se sabe sobre a verdadeira repercussão das políticas empreendidas e real contribuição das mesmas para redução das desigualdades”.

Dois elementos foram primordiais nesse processo: a democratização e participação da sociedade civil organizada, pilares da governança. Fonseca e Carapeto (2009, p. 34), em seu estudo sobre governança, afirmam que ela é a forma como os governos e outras organizações

sociais interagem, como se relacionam com os cidadãos e como são tomadas as decisões num mundo cada vez mais complexo.

A materialização, na prática, da Governança, na ocasião, foi com a formação de uma instância de gestão, composta por três entes governamentais e a sociedade civil organizada, com a finalidade de discutir e elaborar diretrizes estratégicas, valorizando as características sociais, econômicas e ambientais dos estados da Amazônia Legal, por meio de políticas públicas territoriais.

Sem sua efetivação na prática, o PAS serviu como documento teórico orientador, por meio de suas diretrizes para planos sub-regionais. Nessa lógica, no dia 26 de Julho de 2006, o Marajó teve seu plano sub-regional decretado pela Presidência da República, contendo diretrizes para a elaboração, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação do documento intitulado, PDTSAM.

Formou-se, também, uma instância de gestão, entre entes governamentais e sociedade civil organizada, para elaborar ações imediatas e, de médio e longo prazo, com o objetivo de retirar o Marajó do quadro de estagnação socioeconômica e ambiental. As diretrizes adotadas foram:

- a) Promover a modernização da administração pública municipal do arquipélago, por meio das instituições públicas federais e estaduais;
- b) Apoiar a criação de mecanismos institucionais para gestão regional, sub-regional e local;
- c) Promover a integração das ações entre os diversos níveis de governo;
- d) Gestão e controle social do plano.

Entretanto, de acordo com relato de alguns representantes da sociedade civil organizada e do poder público do Marajó, essa instância institucional de gestão, assim como, as quatro diretrizes norteadoras para as ações do mesmo, não foram efetivadas. Contribuindo para as poucas ações implementadas, elas ocorrerem de forma descompassada, desconsiderando a máxima da reforma política, a participação da sociedade civil da totalidade do processo.

Frente a essa problemática da não efetividade das diretrizes de gestão descentralizada entre Governo e sociedade civil, em 2008, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MDA/SDT), criou o Programa Territórios da Cidadania, um programa de fortalecimento da sociedade civil organizada presente nos territórios contemplados com as políticas dos Planos de Desenvolvimento Territorial, geridos

pelos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER), instância paritária de discussão, elaboração, fiscalização, acompanhamento e validação das ações voltadas para seus territórios.

Entretanto, no que se refere ao Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Marajó (CODETEM), devido a problemas relacionados à má administração dos recursos destinados à região pelas entidades responsáveis em gerenciá-lo, para fins de movimentação dos membros do colegiado, em especial da sociedade civil organizada, o que resultou na não implementação de algumas das ações previstas, comprometeu a atuação do colegiado, impossibilitando o controle social.

Dentre as políticas não implementadas, uma é relativa à gestão dos recursos pesqueiros, intitulada “apoiar a implementação de acordos de pesca e manejo do camarão”, pertencente ao eixo estruturante “Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental”.

Contudo, o Estado, mesmo demonstrando avanços ao implementar as diretrizes da Governança Territorial, não as tornou efetivas, “... o Estado tem demonstrado avanços sobre o conhecimento de seu território, por outro, pouco se sabe sobre a verdadeira repercussão das políticas empreendidas e real contribuição das mesmas para redução das desigualdades (CARGNIN 2007, p. 5)”.

Neste sentido, diante da falta de efetividade da instância de Gestão do Plano do Marajó, assim como do CODETEM, e principalmente diante da problemática da pesca, algumas lideranças da sociedade civil organizada do município de Curralinho, empoderados do processo de discussão do Plano do Marajó, retomaram o processo de discussão localmente, como objetivo de verificar a possibilidade de solucionar um problema local, a escassez do recurso pesqueiro, por meio da implementação dos acordos de pesca.

Esse fato evidencia-se no relato de Assunção Novaes “Cacau”, Presidente da Colônia de Pescadores Z-37 de Curralinho:

Estamos vindo de uma discussão a nível de Marajó (acordos de pesca), como temos essa possibilidade de provar que a ideia dá certo estamos primeiro trazendo para o nosso município para depois expandir.
A pesca predatória avançou demais.
O pessoal usa os apetrechos de forma errada, em tempo errado e nos locais errados.
A qualidade do nosso camarão canela (produto de exportação) tá muito miúdo, caindo pela metade a qualidade dele (Assunção Novaes “Cacau”, Presidente da Colônia de Pescadores Z-37, Município de Curralinho).

Vivenciando e conhecendo o problema da escassez do pescado, o instrumento de gestão desse recurso, empoderados tanto do processo de discussão do Plano Marajó, como do

processo de fortalecimento anterior facilitado pela Igreja Católica, o qual será tratado mais a frente, algumas lideranças do Rio Canaticu, organizadas por meio da Central de Associações do Rio Canaticu, juntamente com entidades da sociedade civil local, a Colônia de Pescadores Z-37 e o LUPA Marajó, em parceria com entidades governamentais representadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e a Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura – SEPAQ uniram-se, com o objetivo de fortalecer o debate acerca da problemática da pesca, formando uma instância informal do Canaticu, buscando estratégias para implementar os acordos de pesca.

São mais de 1.500 famílias, de acordo com os presidentes das associações, 8.500 pessoas vivendo em uma área de aproximadamente 13 mil ha, algumas mais próximas da sede municipal e outras mais distantes. Uma considerável parcela das famílias não tem o poder de compra e o acesso fácil à sede municipal; assim, buscam alternativas, como o uso de apetrechos de pesca inadequados para captura do pescado escasso, aumentando a pressão sobre esse recurso, ou acabam “invadindo” outras propriedades e os “pesqueiros” de outros moradores; assim, os conflitos por “invasão” ocorrem entre os moradores do Rio Canaticu, devido a não oferta do pescado, uma vez e que ainda não existe a pesca industrial.

Entretanto, sem recursos financeiros para efetivar esse instrumento de gestão, procuraram uma instituição parceira de outros projetos para intermediar esta iniciativa junto a um financiador. Neste escopo foi inserido o Instituto Peabiru, OSCIP, apoiado pela Petrobrás, que elaborou o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental, dos 16 municípios marajoaras, dentre eles Curralinho, e o estudo da cadeia do valor do açaí do rio Canaticu.

Esse processo do Rio Canaticu se configura, segundo Milani e Solinís (2002 apud Dallabrida, 2007, p. 47), como a materialização de uma legítima governança, pois segundo eles, o termo pode ser definido, genericamente, como um processo de tomada de decisão que antecipa e ultrapassa o governo. A seguir, de 1 – 4 são enumerados as diretrizes e, de a – d é correlacionado com o processo do Canaticu.

1. A legitimidade do espaço público em constituição;
2. A repartição do poder entre aqueles que governam e aqueles que são governados;
3. Os processos de negociação entre os atores sociais (os procedimentos e práticas, a gestão da interação e das interdependências que desembocam ou não em sistemas alternativos de regulação, o estabelecimento de redes e mecanismos de coordenação);
4. A descentralização da autoridade e das funções ligadas ao ato de governar.

- a) Relacionado à instância que fomentou localmente a discussão acerca da problemática do pescado e as possibilidades de reverter esse quadro, com a participação de grupos de interesse local.
- b) Espaço composto por representações do poder público (SEMMA e SEPAQ) e da sociedade civil (Colônia de pescadores, Central de associações e Ong).
- c) A instância de discussão informal criada.
- d) Entretanto, esse último é um dos pontos que necessita ser trabalhado. Esse tema será analisado mais adiante.

É sensato afirmar que esses três primeiros pontos não caracterizam 100% a iniciativa local, pois mais análises são necessárias. É neste sentido que esta pesquisa vem contribuir, fortalecendo o ponto 01, 02 e 03, fazendo uso de algumas diretrizes da governança territorial. Em especial, no que se refere ao item quatro, essa pesquisa buscou fortalecer, por meio da identificação, os fatores que comprometem a descentralização política, em especial no âmbito local, junto aos moradores do Canaticu, comprometendo o projeto de desenvolvimento territorial.

Antes de prosseguir, é necessário mergulhar um pouco na história de fortalecimento político-social dessas lideranças, protagonistas dessa iniciativa local.

3.2 Histórico de fortalecimento organizacional: A Igreja Católica e o seu papel de fortalecimento político-organizacional da sociedade civil organizada do Rio Canaticu

A igreja Católica, diante da ausência do Estado em regiões como a Amazônia, vista por seguimentos da sociedade como inóspitas, passou a atuar na formação e fortalecimento social e político das comunidades de base.

Para conhecer e entender como o trabalho da IC ocorreu no arquipélago do Marajó, em especial no Rio Canaticu, esta pesquisa se substanciou no manuscrito intitulado “Livro I”, de autoria do escritor Carlos Roberto Baratinha Oliveira, Pedagogo e professor da rede municipal de ensino de Currálinho, que nos leva a uma viagem para conhecermos a formação da Central de Associações do Rio Canaticu.

Desde já, essa pesquisa agradece ao escritor Carlos, por fornecer informações que apresenta ao leitor o processo de aprendizado, lutas, participação e conquista de uma sociedade civil organizada, pertencente a um território desprovido historicamente de serviços básico, em pleno século XXI.

Para efeitos dessa pesquisa, o objetivo do uso de algumas informações foi direcionado, para conhecer o contexto de organização e fortalecimento construído a partir da Década de 1980, no Rio Canaticu, resultando no atual cenário organizacional de sua Sociedade Civil Organizada.

Dessa forma, o que será exposta é a transcrição de alguns trechos do manuscrito do autor marajoara, relatando o contexto que antecedeu a iniciativa dos Acordos de pesca. Primeiramente, Carlos contextualiza a influência das CEB'S na formação da Central de associações:

A consolidação da Central de Associações como um instrumento legítimo de organização social, nada mais é do que, o resultado do acúmulo da persistência, da perseverança e da fé de um povo que nunca desistiu de correr em busca de uma solução viável para os mais diversos problemas sociais enfrentados pelos cidadãos ocupantes das comunidades tradicionais ribeirinhas do rio Canaticu. Principalmente os problemas condizentes com a preservação da floresta e promoção da sustentabilidade ambiental e humana desse contexto. E essa labuta teve sua semente plantada ainda pelas antigas CEB'S (Comunidades Eclesiais de Base), movimento oriundo de religiosos da ala progressista da Igreja Católica na década de 80, espalhados pelo Brasil a fora (Trecho do Manuscrito "Livro I", de autoria do escritor marajoara, Carlos Oliveira).

O trecho exposto do escritor contextualiza as motivações que levaram à formação da Central de Associações do Canaticu, diante do abandono daquele povo pelas mãos do Estado; ele influenciou algumas lideranças para buscar na união, por meio da Central, o caminho para reivindicar ações para melhoria da qualidade de vida. E como um dos motores propulsores para essa mudança de mentalidade e comportamento político-social, a Igreja Católica, por meio da sua ala progressista, realizou um trabalho de fortalecimento com a população do Canaticu, emergindo lideranças que no decorrer dos últimos anos traçaram um caminho de luta e conquistas sociais.

A inserção das CEB'S configura-se como um divisor de águas. Antes dela, nossa gente (marajoara) viveu anos difíceis, tempos de isolamento, de esquecimento. A partir delas, o povo começou a despertar e a reunir forças. O espírito de solidariedade, de união, de fraternidade, da coletividade começou a tomar conta do dia-a-dia dos marajoaras. As CEB'S eram uma forma discreta que os padres e freiras envolvidos com as causas sociais progressistas encontravam para fazer o povo despertar. O debate sobre direito à escola, ao acesso a documentos, à assistência a saúde, à preservação da floresta, ao cuidado com a água, ao combate à corrupção etc., começou a entrar na pauta das reuniões organizadas nas pequenas capelas das Comunidades de Base (Trecho do Manuscrito "Livro I", de autoria do escritor marajoara, Carlos Oliveira).

As CEB'S tornaram-se presentes no dia-a-dia dessa população, contribuindo para que elas buscassem superar os problemas, por meio da organização social, da coletividade,

munindo-as com diretrizes e temas relevantes. Esse trabalho da Igreja se assemelha bastante com as diretrizes e mecanismos da Governança Territorial, que é a capacidade de uma sociedade civil organizada territorialmente, para gerir seus assuntos públicos, constituindo-se na fonte sinergizadora do desenvolvimento territorial (DALLABRIDA, 2007, p 44).

No entanto, com o passar do tempo esse movimento se desgastou. Muitas lideranças foram corrompidas pelas oligarquias políticas dominantes, que estrategicamente, tiveram como objetivo a dissolução da força coletiva. Hoje, pouco, ou nada há da essência daquilo que os idealizadores das CEB'S realmente objetivavam: unir fé, consciência política e organização social. Atualmente elas restringem-se a tratar de assuntos religiosos (litúrgicos).

O trecho do autor evidencia uma das causas do enfraquecimento e dissolução do trabalho da igreja católica: a intervenção de interesses dominantes daqueles que sempre se beneficiaram com as más condições de vida daquela população. Mantê-las na mesma situação de *status cor*, era manter um exercito de coitados, abandonados, sem perspectivas de melhorias, esquecidos pelo Estado. Portanto, esse trabalho incomodava bastante, pois aquela população passou a ter acesso a informações e com elas, ter ciência dos seus direitos.

Mesmo com resistência, o trabalho da Igreja Católica teve frutos e um deles é a Central de Associações do Rio Canaticu. De acordo com Carlo, “a Central de Associações nasceu justamente a partir desses ideais. Ideal de lutar pela solidariedade, pela união de homens e mulheres que carregam no peito o nobre sentimento de compartilhar, de libertar a si e aos outros”.

Com muita bravura, alguns líderes das CEB's continuaram com seu trabalho, mesmo diante de ações desfavoráveis. Com a diminuição dessa atuação das CEB'S, os problemas continuavam. Não surgiu um movimento e nem pouco a atuação do Estado para continuar o trabalho das CEB'S.

De acordo, com Carlos, a população foi aumentando e os problemas sociais também. E os líderes das CEBs ficaram “pregando no deserto”, numa busca angustiante de tentar alertar para a necessidade de se organizar de novo, mas não tinham autonomia, dependiam da decisão dos padres. “E aí, cada sacerdote tem seu ponto de vista!”.

Mas, o trabalho das CEB's gerou frutos. Em 2002 houve um reincorporamento dos objetivos das CEBs de outrora. Desta vez, foi estabelecido um movimento autônomo, livre, embora isso não impedisse as pessoas de seguir sua expressão religiosa. Mas o povo incorporou uma nova dinâmica: rezar, mas também preocupar-se com as causas sociais. Essa retomada, segundo Carlos, ocorreu por meio da Central de Associações do Rio Canaticu, com

objetivo de reorganização o trabalho coletivo e solidário. Foi uma repaginação das CEBs, com um diferencial: a mobilização em rede.

Um fator que diferencia a Central do formato das CEBs está no quesito autonomia jurídica. Nas CEBs o povo falava de fé e política, mas não tinha autonomia jurídica para tocar a vida com as próprias pernas. Talvez os seus líderes não atentassem para isso. Ou quem sabe o sistema vigente da época não permitisse essa abertura. De forma reflexiva, expressou Carlos: “às vezes, penso que esse seja um dos fatores que tenha levado as CEBs a não evoluir. Intuitivamente, chego à conclusão que o povo cansou somente de reclamar, de protestar. Faltou algo mais”.

Neste contexto, algumas lideranças do Canaticu aprenderam a diferença de outras lideranças de Curralinho. Sobre essa questão, Barquero (2002, p. 181) fala justamente desse aprendizado apreendido, ao considerar um determinado ator inserido em um mundo cada vez mais globalizado. A difusão das inovações e a qualificação dos recursos humanos constituem atores estratégicos para realizar o ajuste produtivo das comunidades locais, que assimilaram o desafio representado pelo aumento da competição e responderam por meio do fortalecimento das iniciativas de desenvolvimento local.

Vale informar que, mesmo sendo uma organização informal, a Central possui 39 associações vinculadas, sendo que apenas 22 pertencem ao Rio Canaticu, as restantes são de outros rios do município de Curralinho.

Dessa maneira, lideranças do rio Canaticu empoderados, perante o enfrentamento de problemas locais e do processo de aprendizagem, seja pelo fortalecimento pela igreja católica e pelo fracasso das iniciativas de governo, diante da problemática da escassez do recurso pesqueiro, tomaram a iniciativa para implementar os acordos de pesca.

No conjunto de ações envoltas ao projeto de desenvolvimento territorial do Rio Canaticu, com objetivo de consolidar a legitimidade das discussões, foi criado o Núcleo Gestor da Pesca, instância de gestão dos recursos pesqueiros, criada para discutir, validar e monitorar os acordos de pesca, composto por representações estratégicas de lideranças ao longo do Rio. Desse modo, foram agregados nessa nova configuração, atores de interesse do alto, passando pelo médio até o baixo Canaticu.

Trata-se de um rio com dimensões significativas, possuindo dinâmicas diferenciadas. São populações que vivem dentro de assentamentos, reservas extrativista, isoladas em uma ilha ou morando em uma vila familiar de diversas densidades populacionais, mais próximas e mais distantes da cidade, em áreas com maior e menor densidade florestal.

Desse modo, criar uma instância que atenda a totalidade do Canaticu é algo desafiador. Mas o desafio foi aceito por algumas lideranças, eleitas democraticamente pelos moradores dessas diversas localidades. No item a seguir, será apresentado o processo de escolha dos representantes da instância de gestão dos recursos pesqueiros do Canaticu, assim como, os fatores de diversas ordens, os quais serão analisados, pois interferiram, de forma direta e indireta, no processo de discussão.

3.3 Núcleo Gestor da Pesca do Rio Canaticu

No decorrer do processo de discussão, deparou-se com uma dimensão territorial bem complexa, com isso, tornando-se oneroso discutir em todas as localidades os acordos de pesca.

Durante reunião realizada com os presidentes das associações vinculadas a Central de Associações do Rio Canaticu, Colônia de Pescadores Z-37, Secretaria de Municipal de Meio Ambiente – SEMMA e Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura – SEPAQ, na ocasião, foi realizado o levantamento das problemáticas macro e suas possíveis soluções, no que se refere ao problema da pesca no Canaticu, a qual o grupo a chamou de pesca predatória, presentes no quadro 4.

Quadro 4 - Problemática sobre a pesca identificadas pelos grupos de interesse do Canaticu**Pesca predatória**

Problemas específicos: Tamanhos dos malheiros, apetrechos inadequados e pesca nos locais de reprodução.

Algumas considerações do grupo

Pesca fora de época mata o graúdo e o miúdo. Waldir, Comunidade Conceição.

No verão é feita a tapagem dos rios com até 10 malheiros de uma só vez por uma família, acaba tudo, no outro dia eles vão para o terreno dos outros. Cabeça, Comunidade Santa Catarina.

Local de reprodução do pescado deve ser preservado. Paulo Ronaldo, secretário de Pesca e Aquicultura de Currálinho.

Os lagos formados pelos rios são os locais de reprodução das principais espécies encontradas no Rio Canaticu: traíra, tamatá, jiju, puraquê, cabeçudinha, sarapó, acarioá, aracu com período de reprodução de Janeiro a Abril. Com exceção é o tucunaré que se reproduz á beira dos rios no período de Maio a Julho, João Monteiro, comunidade Santa Rosa de Lima.

Fonte: Instituto Peabiru, (2014). Elaborado por Oliveira (2014).

Essas informações do quadro 4 vêm reafirmar os relatos daqueles três moradores do Canaticu. Neste, foi construído um ensaio, de forma participativa, de uma estrutura de discussão dos acordos de pesca definidos, considerando a localização geográfica e as relações sociais estabelecidas entre as comunidades. O resultando dos oito polos estratégicos está apresentado no quadro 5.

Quadro 5 - Polos de discussão das regras dos acordos de pesca

Localidade	Comunidades participantes
1. Resex Terra Grande Pracuúba, Pacas	Sarafina, Pacas, Pimental e Timbotuba.
2. Rio Aramaquiri	N. S. das Graças, N.S. da Conceição, Bom Jesus e Santa Terezinha.
3. Rio São Francisco	São Francisco, N.S de Nazaré, Estrela do Oriente, Sta. Catarina, Sta. Rosa I.
4. Comunidade Piedade	N.S de Nazaré, Sta. Luzia, Jerusalém e Piedade.
5. Comunidade Bela Pátria	São Jorge e Rainha da Paz.
6. Comunidade Sagrado Coração de Jesus	Sagrado Coração de Jesus, Ponta Alegre, Tartaruga.
7. Comunidade Boa Esperança	Ilha São João I e II, Assembleia de Deus, São Miguel e Sagrada Família.
8. Ilha Santa Maria	Sta. Maria I e II, Sta, Polônia (Santo Antônio e Filadélfia) e Sta. Rosa II.

Fonte: Instituto Peabiru (2014).

Essa divisão se assemelha muito com a divisão da igreja Católica. Segundo “Preta”, membro do núcleo gestor, moradora da Comunidade Nossa Senhora de Nazaré, Rio Cruari, “a igreja dividiu as suas comunidades em três setores”, apresentadas no quadro 6.

Quadro 6 - Comparativo da divisão por polos de discussão e da setorização da igreja católica

Discussão por polos dos para discutir os acordos de pesca	Setorização das comunidades da Igreja Católica
Polo 01: Sarafina Pacas Pimental Timbotuba	Setor 01 Sarafina Timbotuba Pacas
Polo 02: Nossa Senhora Conceição Bom Jesus Nossa Senhora das Graças Santa Terezinha	Santa Terezinha Nossa Senhora Conceição Bom Jesus Nossa Senhora das Graças

Polo 03: São Francisco N.S de Nazaré Estrela do Oriente (PETECOSTAL) Santa Catarina Santa Rosa de Lima I	Nossa Senhora de Nazaré Santa Catarina Santa Rosa de Lima I
Polo 04: Nossa Senhora de Nazaré Santa Luzia Jerusalém Piedade	Setor 02 Nossa Senhora de Nazaré Santa Luzia Piedade
Polo 05: São Jorge Bela Pátria Rainha da Paz.	São Jorge Bela Pátria Rainha da Paz
Polo 06: João Paulo II Ponta Alegre Sagrado Coração de Jesus	São João Apostolo São João Evangelista Sagrada Família João Paulo II Sagrado Coração de Jesus
Polo 07: Ilha São João I e II Assembleia de Deus (PETECOSTAL) São Miguel Sagrada Família	Setor 03 Boa Esperança São Miguel da Calheira Santo Antonio do Curupuú
Polo 08: Santa Maria I e II Santa Polônia (Santo Antônio e Filadélfia) Santa Rosa de Lima II	Santa Maria Santa Maria II Santa Rosa de Lima II

Fonte: Instituto Peabiru (2014). Elaborado por Oliveira (2014).

No quadro 6, constata-se a influência da igreja católica. Sobre o aspecto de discussão do Canaticu, percebe-se claramente que a divisão dos polos teve como referência a setorização da igreja, sendo que no momento da construção, não se tinha essa informação dos setores.

Os movimentos sociais que emergiram no final dos anos 70 e, principalmente, na década de 80, em grande parte foram impulsionados pela atuação da Igreja Católica empolgada pela opção pelos pobres. O discurso eclesial adepto da Teologia da

Libertação⁶ valorizava a questão da autonomia popular atribuindo para as CEB's a missão de impulsioná-la (MAGALHÃES, 2009, p.37).

Nesses polos de discussão foram eleitos os representantes do Núcleo Gestor da Pesca, por meio de voto dos moradores pertencentes aos polos. Dessa maneira, após o processo de eleição, a instância para gestão dos recursos pesqueiros ficou composta por 23 representantes de localidades estratégicas do rio Canaticu e nove de entidades não governamentais e governamentais, designadas para discutir e elaboração das regras dos acordos.

E sobre essa legitimidade do Núcleo Gestor, Gonçalves pontua que “a legitimidade é alimentada de cima para baixo, surgindo a partir da aceitação de que o poder conferido e exercido é apropriado, sendo então a ação decorrente legítima (2006, p. 04)”. Os moradores, ao escolherem esses representantes, lhes designaram poder de discutir, avaliar e monitorar as regras dos acordos de pesca.

No decorrer do processo de discussão dos acordos⁷, foram identificados conflitos internos de ordem pessoal, religiosa, política e institucional, comprometendo direta e indiretamente a participação de uma considerável parcela dos moradores do Canaticu neste processo e, conseqüentemente, a efetividade desse instrumento.

No sentido de contribuir com a efetividade do projeto de desenvolvimento territorial do Rio Canaticu, esta pesquisa mapeou os membros do Núcleo Gestor da Pesca, as entidades da sociedade civil organizada e do poder público envolvidas de forma direta com o *locus* da pesquisa, com objetivo de identificar esses fatores e propor diretrizes com base no termo governança territorial, buscando minimizar os efeitos desses conflitos internos gerados por esses fatores e o fortalecimento do Núcleo Gestor da Pesca.

⁶ Teologia da Libertação difundida na América Latina após a realização do Concílio Vaticano II (1965) e da III Conferências Geral do Episcopado latino Americano (Medellín, 1968) que redefiniram as diretrizes de atuação da Igreja fazendo “uma opção preferencial pelos pobres” (GUTIERREZ apud GUIMARÃES, 2009, p. 35).

⁷ As regras dos acordos de pesca foram construídas em seis etapas, após a escolha dos representantes: primeiramente ocorreu uma reunião com o núcleo gestor, que foram divididos em alto, médio e baixo canaticu para analisar aquelas causas apontadas pelas lideranças, durante reunião de Construção dos polos, resultando nas primeiras regras. Logo em seguida, ocorreram reuniões de validação dessas primeiras regras nos polos, contando com a participação dos moradores. Assim, sucederam-se mais duas reuniões do núcleo e mais duas de validação, para, enfim, resultar na minuta final dos acordos de pesca.

3.4 Mapeamento dos representantes do Núcleo Gestor da Pesca, das entidades da sociedade civil organizada e do poder público e os fatores de ordem pessoal, religiosa, política e institucional identificados

Esse tópico apresenta o resultado do mapeamento, realizado no sentido de identificar os membros do Núcleo Gestor da Pesca do Rio Canaticu, como forma de valorizar a importância de cada um deles, em especial aos representantes da sociedade civil, nesse contexto de implementação, pois são representantes legítimos que abdicam de muitas coisas pessoais e profissionais para buscar alternativas, complementos para melhorar a vida dos moradores do Rio Canaticu, presentes no quadro 06.

A título de pesquisa, o resultado indicou alguns atores-chave a serem entrevistados, mas, devido ao tempo, não foi possível entrevistar todos os representantes. A escolha deveu-se a dois aspectos: localização geográfica estratégica e o representativo. Além dos representantes do Núcleo Gestor, o quadro 07 apresenta os representantes das entidades da sociedade civil organizada e do poder público que passaram a compor⁸ o Núcleo Gestor da Pesca:

⁸ As cinco primeiras etapas de discussão dos acordos contaram basicamente com a participação dos moradores e dos representantes do núcleo, foi uma construção deles, apenas com algumas colaborações das entidades parceiras locais. A entrada de representantes de entidades do poder público (SEMA e IBAMA) adentraram no momento de orientações finais técnicas e consolidação do documento.

Quadro 7- Representantes do Núcleo Gestor da Pesca, das entidades da sociedade civil organizada e do poder público que compõe o Núcleo Gestor da Pesca

Nome	Localidade	Rio	Associação	Curso
Alcione Martins Gomes "tatá"	São Francisco dos Pacas	Canaticu	Ass. dos Moradores da Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba – AMORETEGRAP – CNPJ: 08.794.202/0001-64.	Alto Canaticu
Antônia do Socorro Martins	São Francisco dos Pacas	Canaticu	Ass. dos Moradores da Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba – AMORETEGRAP – CNPJ: 08.794.202/0001-64.	
Silvio Tavares de Souza	Resex Terra Grande Pracuúba	Canaticu	Ass. dos Moradores da Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba – AMORETEGRAP – CNPJ: 08.794.202/0001-64.	
Odileuza dos Santos	N. S. da Conceição	Aramaquiri	Central do Aramaquiri (informal)	
Merivaldo da Silva de Brito	Assembleia de Deus	Aramaquiri	Central do Aramaquiri (informal)	
Manoel Brito de Souza	N. S. das Graças	Aramaquiri	Central do Aramaquiri (informal)	
João Monteiro de Oliveira	Santa Rosa de Lima	Jateboca	Ass. dos Moradores do Rio Jatiboca – AMRJ – CNPJ: 08.843.234/0001-02.	Médio Canaticu
Benedito Nazareno	São Francisco de Assis	Jateboca	Ass. dos Moradores do Rio Jatiboca – AMRJ – CNPJ: 08.843.234/0001-02.	
Ederaldo Costa de Oliveira	São Francisco de Assis	Jateboca	Ass. dos Moradores do Rio Jatiboca – AMRJ – CNPJ: 08.843.234/0001-	

			02.	
Franciane de Oliveira	Piedade	Canaticu	Centro Comunitário Agrícola Piedade – CNPJ: 34.622.274/0001-34.	
Sebastiana de Oliveira "Preta"	N. S. de Nazaré	Cruari	Ass. de Produtores Rurais , Agricultores e Pescadores do Rio Cru., Santa Luzia, N. S. de Nazaré – APRAEP	
Amiraldo Souza Araújo	Jerusalém	Canaticu	Ass. de Moradores Agroextrativistas de Jerusalém – AMAJER – CNPJ: 09.502.051/0001-96	
Luiz Oliveira Baratinha "Baixinho"	Bela Pátria	Canaticu	Ass. de Pequenos Produtores Rurais Extrativistas, Pescadores de Bela Pátria – APRUEPEB	
Agenor dos Santos Costa	Rainha da Paz	Cupijó	Ass. de Moradores e Produtores Extrativistas do Rio Cupijó – CNPJ: 11.013.475/0001-39.	
Vicente de Paula	Sagrado Coração de Jesus	Tartaruga	Ass. de Produtores Agroextrativistas do Rio Tartaruga – ABERT	
Elinilson Souza Gomes	Ilha Ponta Alegre	Canaticu	Ass. dos Produtores e Pescadores da Ilha das Araras do Rio Canaticu – APRIARC	
Raimundo Santana Caxias	Assentamento João Paulo II	Canaticu	—	
Marcio dos Santos Barreiros	Sagrada Família	Canaticu	—	
Elizeu Moraes	Boa Esperança	Pagão	Ass. de Produtores e Pescadores Agroextrativistas do Rio Pagão –APPAP – CNPJ:	

			09.444.828/0001-03.	
Ricardo Rodrigues dos Anjos	N. S. do Livramento	Canaticu	Ass. Produtores e Pescadores do Projeto de Assentamento N. S. do Livramento – ASPANIL – CNPJ: 10.675.873/0001-58	Baixo Canaticu
Alex Rodrigues Ferreira	Ilha Santa Maria	Canaticu	Ass. dos Produtores e Pescadores Agroextrativistas do Projeto de Assentamento da Ilha Santa Maria – APAISMA	
Jesiel da Silva Rodrigues	Assembleia de Deus	Ipanema	Ass. dos Moradores do Rio Jatiboca – AMRJ – CNPJ: 08.843.234/0001-02	
Esmael Lopes dos Santos	Santa Izabel	Canaticu	Ass. dos Moradores e Pescadores da Comunidade Agroextrativistas de Santa Isabel – AMPPCASI	
Assunção Novaes	Colônia de Pescadores - Z37	Pará	CNPJ nº 04.309.696/0001-93	
Miguel Novaes	Central de Associações do Rio Canaticu	Canaticu	Associação informal	
Édel Moraes	CNS	Guamá	Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS	
Manoel Potiguar	Instituto Peabiru	Guamá	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP: 02.650.035/0001-00	
Carlos Oliveira	Lupa Marajó	Canaticu	CNPJ nº 04.309.696/0001-93	

Paulo Ronaldo	Secretaria Municipal de pesca Aquicultura	Canaticu	Paulo Ronaldo	Entidades do Poder Público
Marquinho Baratinha	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Canaticu	Marquinho Baratinha	
Gleudson Silva	Secretaria de Estado e Meio Ambiente	Belém	Gleudson Silva	
Antônio Melo	Instituto Brasileiro de Recursos Renováveis – IBAMA	Belém	Antônio Melo	

Fonte: Instituto Peabiru (2014). Elaborado por Oliveira (2014).

O quadro 7 apresenta os 34 representantes do Núcleo Gestor da Pesca, do poder público e da sociedade civil, sendo destes, seis do alto, 13 do médio e quatro do baixo. Para efeitos dos objetivos desta pesquisa, foram escolhidos representantes do Núcleo Gestor, sendo um do alto, dois do médio, um do baixo e das outras entidades governamentais e das entidades da sociedade civil. A seguir, serão apresentados alguns trechos das entrevistas desses representantes, nas quais é possível identificar em cada relato alguns desses fatores, que comprometeram o processo de discussão e podem comprometer a implementação dos acordos de pesca.

Trecho da entrevista com o Sr. Assunção Novaes “Cacau”, Presidente da Colônia de Pescadores Z-37, Município de Curralinho.

Estamos nesse processo para evitar qualquer conflito, [...] então, desde 84 a colônia não tinha trabalhado com a conscientização. Agora sim, estamos fazendo isso. [...] caboclo veio de uma tradição de pai, avó de extrair sem controle, [...] e hoje há uma consciência na população de que aumentou a população (pessoas). Então, como entidade, é trabalhar com a conservação e não só com o seguro, em parceria com a SEMMA PESCA. [...] independente de quem seja, ele está dentro de um território com legislação. Os acordos de pesca é a porta de saída, pois ele visualiza a realidade local, por isso ele é reconhecido e válido. O objetivo é concluir agora com o Canaticu e depois partir dos outros rios, com a mudança de cultura (Assunção Novaes “Cacau”, Presidente da Colônia de Pescadores – Z 37, Município de Curralinho).

No relato do presidente da colônia, percebe-se o quanto a entidade representativa dos pescadores era falha, não executava ações voltadas para o meio ambiente, por meio da conscientização da categoria. Esse fato foi proferido por meio de representante do Núcleo Gestor, como o do Sr. João Monteiro:

[...] a colônia nunca fazia reunião com as associações. Eles cobravam vinte e cinco reais como taxa no caso de movimentação para regularizar documentos” (pequeno trecho da entrevista do Sr. João Monteiro, morador da Comunidade São Francisco de Assis, rio Jateboca, médio Canaticu).

Os dois trechos revelam um problema de ordem institucional, referente ao não comprometimento da Colônia de Pescadores Z-37, Curralinho. O atual presidente preferiu não pontuar os aspectos negativos das antigas gestões: “pescador e não pescador sabe do trabalho da antiga gestão, [...], o foco agora é trilhar outro caminho, é isso que estamos fazendo” (Assunção Novaes “Cacau”, Presidente da Colônia de Pescadores Z-37, Município de Curralinho).

Segundo outros relatos, a antiga gestão preocupava-se em cadastrar o maior número possível de pessoas; algumas não eram pescadores, antes. Para garantir a mensalidade, depois, com a chegada do seguro defeso, tornaram-se, para garantir uma parte desse valor, resultando no seguro pirata. Mas, a nova gestão da colônia de Curralinho passou a ter outra postura, trabalhando com uma pegada sustentável, por meio de seminários temáticos acerca da problemática da pesca e suas possíveis soluções.

Ainda com o relato do presidente da colônia, evidencia-se o pessoal, esse mais subjetivo, mais complexo, pois como mencionou Moraes, (2005, p. 29), “desde o surgimento da humanidade, variados domínios sobre a natureza constituíram-se em condições para a manutenção, reprodução e consolidação da espécie humana na terra. As formas mais elementares de adaptação da natureza estiveram sempre relacionadas à obtenção de alimentos, sejam eles provenientes da caça, coleta de frutos e tubérculos ou da pesca. A relação homem e natureza consiste em trocas materiais e imateriais constantes”.

Os pescadores artesanais mantêm contato direto com o ambiente natural e, assim, possuem um corpo de conhecimento acerca da classificação, história natural, comportamento, biologia e utilização dos recursos naturais da região onde vivem (CLAUZET et al., 2005, p. 1).

O pescador, historicamente, manteve essa relação com o meio ambiente há gerações, servindo de fonte de alimentação para suas gerações, com isso, entendendo que podia fazer uso daquele recurso. Mas os antigos faziam uso de outras técnicas, como apresentou D. Maria

Baião, 61 anos, moradora da Comunidade Piedade, Rio Canaticu. Segundo ela, a relação com a natureza era mais equilibrada e tinha seu tempo respeitado.

[...] foi a partir da década de 1960 que um conjunto de fatores, incluindo o aumento do mercado de pescado, a introdução de novas tecnologias de pesca, políticas de fomento do setor pesqueiro e a decadência da juta, a principal atividade econômica da várzea, levou à intensificação da pesca na Amazônia. O aumento na eficiência da pesca, devido ao incentivo do governo às empresas de pesca, combinado às inovações tecnológicas de captura (fio sintético), de transporte (barcos a motor), e de armazenamento (fábricas de gelo e caixas de isopor) do pescado, abriram espaço para a pesca comercial como atividade econômica principal na várzea entre os ribeirinhos e o pescador comercial profissional (CASTRO; MCGRATH 2001 apud MCGRATH et al., 1993, p. 113).

Como o território do Canaticu está inserido na lógica global, não deixaram de se apropriar dessas técnicas e instrumentos de pesca modernos, e nem deveriam, pois as técnicas mais eficazes vêm para melhorar as formas de trabalho, porém, essa “modernização” não veio acompanhada de política e do trabalho da colônia, como as de manejo dos recursos para evitar, por exemplo, a escassez do pescado.

Outro relato de grande contribuição para esta pesquisa foi do Sr. Miguel de Moraes, Presidente da Central de Associações do Rio Canaticu, Município de Currealinho, o qual revelou em sua entrevista outro fator, o político, que não deveria ser um problema, mas uma conquista para os moradores do Canaticu, fruto do trabalho das CEB’S, ter um representante da base em um cargo público, de representatividade política.

[...], nos últimos dois anos (2012 a 2014) nós perdemos um pouco o elo de coesão. Novas lideranças assumiram as associações, e ainda estão se afinando com o processo. [...] nos envolvemos no processo político partidário, e muitas lideranças-chave assumiram cargos no governo, e isso os colocou por algum período ocupados com as coisas do governo. [...] também devido ao envolvimento com a política, algumas promessas de campanha ainda não saíram do papel, e isso prejudicou a credibilidade das lideranças.

Ter entrado no processo político teve o seu lado bom e o seu lado ruim para a Central. O lado bom foi que algumas lideranças despertaram para o censo crítico.

Mas ao embalo das promessas muita gente entrou para o movimento, mas sem entender e incorporar a essência da Central. No decorrer do processo essas pessoas acabaram ficando neutras, deixando para as lideranças (diretores) assumirem os ônus das entidades. As associações ficaram com uma grande massa de filiados, mas com poucos cumprindo seus deveres (Miguel de Moraes, Presidente da Central de Associações, do Rio Canaticu).

Esse trecho da entrevista do Sr. Miguel assemelha-se com o relato do escritor Carlos Oliveira, quando se referiu a lideranças corrompidas pela política no tempo do trabalho das CEB’s. O presente parece reviver esse passado, um exemplo disso é a figura do atual gestor do município, o qual não terá seu nome citado aqui; vindo e eleito pela base, após assumir o cargo, além de não cumprir suas promessas de campanha, deixou de implementar ações

legalmente previstas. Diante desses fatos, a população do município, de modo geral, o denunciou; resultado disso é o processo instaurado contra ele de improbidade administrativa, informações facilmente encontradas no Google.

Muitos moradores se filiaram por interesses, e não pelo significado da central. Esse fato contribuiu para o desinteresse nos assuntos organizativos, implicando na centralização das decisões no representante da comunidade; isso se configura com um fator de ordem institucional e política.

Essa questão da descentralização é um fator que precisa ser trabalhado pelas entidades da sociedade civil do Canaticu, pois no decorrer das discussões dos Acordos de Pesca, esse foi um problema identificado por meio de algumas ações, como a centralização de informações pelas lideranças, o acúmulo de tarefas e cargos nas mãos de determinada liderança, pessoa, com isso, comprometendo a participação de um maior número de moradores no processo de discussão dos acordos de pesca, e desestimulando o surgimento de outras lideranças.

“Um dos maiores problemas da pesca é a questão da organização, como alternar os coordenadores, como a juventude abraçar essas causas, estimular um suplente do titular” (Trecho da entrevista concedida pelo Sr. Antônio Melo, Analista Ambiental, IBAMA).

Esses fatores institucionais e políticos influenciam outros, fazendo-se presente na fala da maioria dos entrevistados, como o de ordem pessoal, que afeta direta e indiretamente os outros, seja fortalecendo-os ou enfraquecendo-os.

“As comunidades muitas vezes estão acomodadas, esperam apenas por um para resolver. Os comunitários se acomodam com os poucos benefícios que conseguiram” (Trecho da entrevista concedida pelo Sr. Marcos Baratinha, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Curralinho).

“[...] temos a necessidade de manter uma categoria em atividade. Atualmente os jovens não sabem o que acontece no Rio Canaticu, na comunidade próxima dele, mas sabe o que acontece em São Paulo pela TV [...]. Tem que ter um conjunto de ações do baixo ao alto Canaticu” (Assunção Novaes “Cacau”, Presidente da Colônia de Pescadores Z-37, Município de Curralinho).

Esse fator pessoal, evidenciado na fala de dois representantes do Núcleo Gestor, engessa muitos processos. Primeiro a centralização do poder em uma pessoa, e isso se torna algo natural para determinado grupo de moradores. Isso enfraquece o grupo, pois mesmo sendo uma liderança comprometida, ela não terá pernas para resolver todos os problemas que surgem. E não conseguindo resolver os problemas, ele cai em descrédito.

Também tem aquele que se aproveita da sua legitimidade, para trazer benefícios para si próprio, como foi relatado durante as diversas incursões realizadas no Canaticu. A figura

dos jovens também, para esse projeto de desenvolvimento territorial que os moradores desejam alcançar, é de fundamental importância, pois eles têm mais acesso aos mecanismos gerados pela globalização; portanto, é necessário trabalhar com eles, fazendo-os enxergar o seu papel enquanto agentes de transformação da sua realidade.

Por fim, outro fator identificado durante as discussões dos acordos de pesca, foi a religiosidade. Contudo, em respeito a todos os moradores, no que se refere aos seus dogmas, essa pesquisa optou em não colocar depoimentos acerca desse fator, pois se trata de algo mais simbólico, que cada morador tem como esteio de vida, fonte de alimento espiritual diante de tantas dificuldades que historicamente cercaram/cercam suas vidas.

Mas, de forma geral, é preciso considerar que essa questão foi muito debatida nos bastidores do processo, pois atravessava o processo como todo. Com a passagem das CEB's no Canaticu, muitas de suas localidades ganharam nome de Santos da Igreja Católica, passando a se chamar comunidades; devido ao enfraquecimento da atuação da Igreja Católica, outras religiões ganharam espaço, como as protestantes.

Como proferido anteriormente, acerca da estratégia de discussão dos acordos em polos, nos quais a religiosidade teve forte influência, as congregações pentecostais não estão contempladas nos polos de discussão; isso se atribui ao fato de as lideranças presentes na oficina de discussão dessa estratégia estarem vinculadas à central de associação, de comunidades do Canaticu, fruto das Eclesiais de Bases.

Considerando os valiosíssimos relatos apresentados, no próximo tópico serão expostas as diretrizes, com base no termo governança territorial, pontuando algumas diretrizes para minimizar os efeitos desses fatores e assim, fortalecer o Núcleo Gestor da Pesca.

4 DIRETRIZES APORTADAS NO CONCEITO DE GOVERNANÇA TERRITORIAL PARA O FORTALECIMENTO DO NÚCLEO GESTOR DA PESCA

Este tópico apresenta contribuições para o fortalecimento da instância de gestão da pesca do Canaticu. Para isso, foram usadas: as diretrizes do termo Governança Territorial do pesquisador Valdir Dallabrida (2003, 2006, 2007, 2014); contribuições da experiência de 35 anos na temática socioambiental, em especial em acordos de pesca do analista ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), de Antônio Melo; e do engenheiro de pesca da SEMA, Gliedson Silva.

Por fim, são apresentadas sugestões de estrutura de gestão para o Núcleo Gestor da Pesca; para isso, utiliza-se relato do secretário Municipal de Meio Ambiente, Marcos Baratinha, e a sistematização das entidades da sociedade civil e do poder público, identificadas no diagrama de Venn.

Independente de preceitos políticos, institucionais, pessoais e religiosos, quando um grupo, sociedade busca alcançar o seu desenvolvimento territorial, seus grupos de interesses precisam se despir de interesses pessoais. Contribuindo com a iniciativa local do Canaticu, um elemento basilar para o processo de desenvolvimento territorial é a “concertação social”. Segundo Dallabrida (2007, p. 45 - 46):

[...] é fundamental que sua articulação ocorra através de procedimentos voluntários de conciliação e mediação, de forma descentralizada, ou seja, através de processos de “concertação social”, instituindo-se esta como norma no processo de gestão territorial. A “concertação social” torna-se um elemento primordial na perspectiva do desenvolvimento territorial, pois trata-se da convergência dos anseios dos grupos de interesse, em torno da resolução de projetos comuns (DALLABRIDA, 2007, p. 46).

A escassez do pescado está atingindo diretamente, com mais e/ou menos força, os moradores ao longo do Rio canaticu. Portanto, independente de dos fatores identificados, é imprescindível que todos participem do processo de forma igualitária, discutido, elaborando, avaliando, monitorando as regras dos acordos de pesca, em que todos os grupos devem ter seus interesses considerados.

Desse modo, a governança territorial ocorre a partir da institucionalização de práticas de “concertação social”, entendidas como o processo em que representantes das diferentes redes de poder socioterritorial, por meio de procedimentos voluntários de conciliação e mediação, assumem a prática da gestão do desenvolvimento territorial (DALLABRIDA, 2014, p. 1).

Considerando o fator religiosidade, e suas possíveis implicações, sugere-se chamar os moradores por grupos de rios, como os grupos do rio Croari, grupos do rio Masaranduba, para que todos os moradores, do baixo ao alto Canaticu, participassem das discussões.

Analisando os elementos do processo de “concertação social” de Dallabrida (2003; 2007), foi possível perceber sua relação com a iniciativa do Canaticu. O quadro 8 abaixo apresenta essa relação:

Quadro 8 - Diretrizes sobre Governança Territorial e sua relação com o processo de discussão e implementação dos Acordos de Pesca

“concertação social” (DALLABRIDA, 2003, 2007)	Processo de discussão e implementação dos acordos de Pesca
Construção de consensos mínimos que representem as decisões naquele momento histórico, no que se refere à superação de seus desafios.	Os representantes do Núcleo Gestor da Pesca e entidades da sociedade civil e do poder público que idealizaram o projeto de desenvolvimento territorial e com Núcleo Gestor da Pesca, espaço de discussão dos consensos, na busca de superar a problemática da escassez do pescado.
Participação cidadã dos diferentes atores sociais, econômicos e institucionais, como protagonistas do processo.	Instância legítima, com representantes de localidades estratégicas ao longo do Canaticu, entidades do poder público e da sociedade civil atuando de forma participativa.
Relação horizontal entre diferentes, em que cada um participa ativamente, em condições iguais, fortalecendo de confiança entre os setores, facilitando a comunicação e o entendimento entre eles.	Todos os envolvidos têm poder de decisão
Legitimidade do espaço público em constituição.	Todos os representantes do Núcleo Gestor foram eleitos pelos moradores dos grupos dos rios.
A repartição do poder entre aqueles que governam e aqueles que são governados.	Núcleo gestor composto por entidades da sociedade civil e entidades do poder público.

Fonte: Oliveira (2014).

Como diretriz central para que o projeto de desenvolvimento territorial do Rio Canaticu seja efetivado, é necessária a “concertação social” como o processo em que representantes das diferentes entidades da sociedade civil e do poder público, por meio de procedimentos voluntários de conciliação e mediação, assumam a prática da gestão territorial de forma descentralizada.

Esse processo de “concertação social” materializa-se Núcleo Gestor da Pesca, como instância de gestão em um momento da história do território do canaticu, diante da problemática da escassez do recurso pesqueiro. Segundo Dallabrida (2007, p. 47), formou-se um conjunto de atores localizados historicamente e territorialmente que, pela liderança que exercem localmente, assumem a tarefa de promover a definição dos rumos do

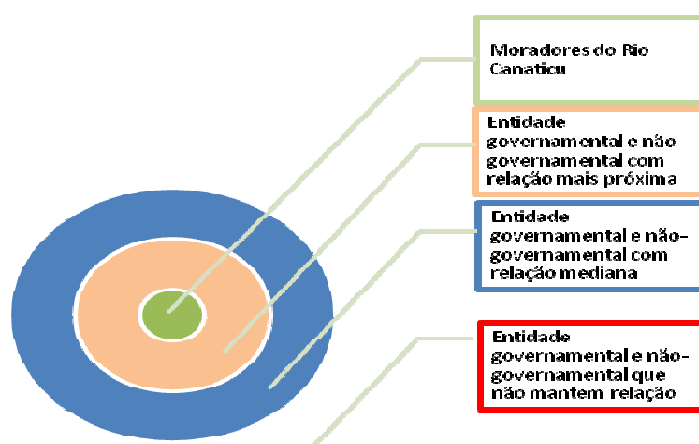
desenvolvimento do território, por meio de processos de concertação público-privada que contemplem o caráter democrático-participativo.

Por meio do fortalecimento de dois elementos do processo de “concertação social” que já fazem parte do Núcleo Gestor: Participação cidadã dos diferentes atores sociais, econômicos e institucionais, como protagonistas do processo e a repartição do poder entre aqueles que governam e aqueles que são governados, é agregado mais valor a esta instância. Uma ferramenta durante uma reunião de validação por polos foi aplicada: o Diagrama de VENN; tal iniciativa partiu dessa pesquisa, que buscou identificar quais as entidades da sociedade civil e do poder público mantêm relações com os grupos de interesse do Rio e que podem fortalecer o processo de gestão/implementação das regras dos acordos de pesca.

À luz desta pesquisa e contribuindo com o processo de desenvolvimento territorial do Canaticu, este instrumento possibilitou diagnosticar o atual cenário relacional dos grupos de interesses, para com as entidades da sociedade civil organizada e do poder público identificado.

A metodologia consistia em apontar, dentro do diagrama, três círculos distintos: o do centro era os moradores; o segundo com maior proximidade, e o terceiro mantém relação mediana e fora do círculo, não mantém relação com a entidade governamental e não governamental. A figura 2 ilustra a ideia da ferramenta:

Figura 2-- Diagrama de Venn, apontando as relações entre os moradores do Rio Canaticu com as entidades governamental e não governamental



Fonte: Oliveira (2014).

A figura 2 representa a proposta da ferramenta aplicada junto aos moradores, aplicada com objetivo de identificar qual o tipo de relação, a partir da sua percepção, entre moradores e entidade governamental e não governamental, resultando no quadro 9.

Quadro 9- Organizações e instituições identificadas pelos moradores do Canaticu, por meio do Diagrama de VENN

POLO	PRÓXIMA	MEDIANA	BEM AFASTADA OU NÃO MANTÊM
01	ICMBiO, Associação da Resex e Colônia.	Prefeitura	INCRA
02	SPU, STTR, Governo Federal (bolsa família, escola), Central de Associações, Colônia.	Prefeitura	EMATER
03	Peabiru, Colônia de Pescadores, Pastoral da Criança e STTR.	Central de Associações e SEDUC	EMATER e Prefeitura
04	Central de Associações, Colônia, EMATER.	Prefeitura	
05	STTR, Central, Colônia, EMATER.	Peabiru e Prefeitura	SPU e INCRA
06	STTR, Igrejas, Central, EMATER, SEMMA, SEPAQ.	SEMAGRI, Secretaria de Saúde, Peabiru, SPU, BASA, INCRA	
07	Colônia, Pastoral da Criança, Central.	SPU, Governo Federal, prefeitura, EMATER, STTR	IBAMA
08	Colônia, Pastoral da Criança, Central, SEMMA e SEPAQ, Governo Federal.	Secretarias de Educação, Assistência social e de Saúde.	

Fonte: Instituto Peabiru (2014). Elaborado por Oliveira (2014).

A sistematização do quadro 9, com as entidades da sociedade civil e do poder público identificado, encontra-se no quadro 10, abaixo:

Quadro 10 - Entidades da sociedade civil e do poder público, inseridas na dinâmica do Rio Canaticu

Entidade da sociedade civil e do poder público identificado
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Associação de Moradores da Resex Terra Grande Pracuúba – AMORETGRAP
Colônia de Pescadores Z – 37
Prefeitura Municipal de Curralinho
Instituto de Colonização e Reforma Agrária – NCRA
Superintendência do Patrimônio da União – SPU

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR de Currealinho
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER
Governo Federal (bolsa família, escola)
Central de Associações do Rio Canaticu – CEAM
Instituto Peabiru
Pastoral da Criança
Secretaria de Estado e Educação – SEDUC
Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado do Pará – SEPAQ
Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI
Secretaria de Estado e Saúde – SESMA
Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA
Banco da Amazônia – BASA
Igrejas
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA
Secretaria de Assistência social

Fonte: Instituto Peabiru (2014). Elaborado por Oliveira (2014).

Essas entidades da sociedade civil e do poder público podem contribuir de forma qualitativa para a gestão dos acordos de pesca, contribuindo, sobremaneira, com a complexa dinâmica do Rio Canaticu. Acerca disso, o engenheiro de pesca da SEMA, Gleidson Silva, faz algumas considerações:

[...] ressalta-se a grande diferença cultural das comunidades, e sua dinâmica de participação no processo, pois as comunidades que têm acesso a informações e esclarecidas quanto aos temas relacionados com a conservação e proteção do meio ambiente são mais participativas e buscam o desenvolvimento sustentável de forma democrática, porém existe grande necessidade que programas contínuos de educação Ambiental.

Uma boa estratégia é a formação do núcleo de coordenação do Acordo que permite uma melhor discussão de regras e entendimento entre os diversos usuários que devem ser referendados por meio de uma assembleia geral com a participação de todos (Trechos da entrevista concedida por Gleidson da Silva, Técnico da Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Estado do Pará – SEMA/PA).

É uma diversidade. Concordando com isso e com a importância de definir papéis no Núcleo Gestor da Pesca, para uma gestão eficaz, de acordo com Marcos Baratinha “o Canaticu dividi-se em alto, médio e alto, assentamentos, rios, Resex, muitas divisões, em se tratando de acordos de pesca o ideal é o rio, mas em se tratando de colônia o ideal é por

associações, por área de abrangência. Mas, existem situações onde uma comunidade faz divisa com dois rios. Contudo, o ideal é por rio”.

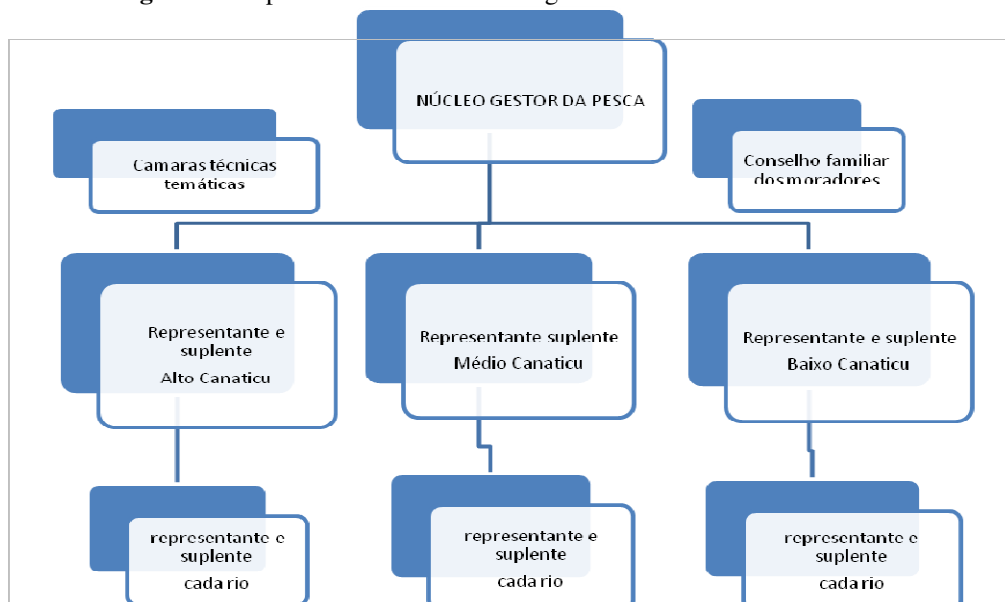
A figura 05 apresenta uma proposta a ser apresentada ao Núcleo Gestor da Pesca, baseado em informações apontadas pelos relatos, pelas contribuições dos dois técnicos da SEMA e do IBAMA e no termo governança territorial. Como se trata de um território com dimensões geográficas complexas, principalmente para quem mora no alto Canaticu, em determinado período do ano com dificuldades de deslocamento, devido à seca das cabeceiras, considera-se que todo o processo de discussão dos acordos foi possibilitado pelo projeto, o qual em menos de um ano findará.

Nesse sentido, a proposta de um modelo de gestão possibilita que as demandas de cada localidade, comunidade, congregação, rio sejam ouvidas, discutidas, analisadas e validadas.

O fomento de novas lideranças e a valorização dos mais experientes são considerados nessa estrutura, pois o fomento de novas lideranças, como forma de descentralizar o processo, foi fator identificado nas entrevistas e conversas. A proposta consiste em retirar essas figuras do processo, valorizar seu saber local e seu empoderamento de vários processos históricos de conquistas do Rio Canaticu. Essa sinergia tem como objetivo alcançar o desenvolvimento territorial.

As câmaras temáticas serão os parceiros técnicos do projeto de desenvolvimento territorial do Canaticu ao passo de cada etapa, quando os moradores sentirem necessidade de entender sobre determinado tema específico. Para fortalecer a gestão dos recursos pesqueiros, essas câmaras serão acionadas pelo Núcleo Gestor da pesca.

Figura 3- Proposta de uma estrutura de gestão do Núcleo Gestor da Pesca



Fonte: Elaborado por Oliveira, 2014.

Quadro 11- Membros e funções das instâncias que fazem parte da gestão do Canaticu

INSTÂNCIA	QUEM FAZ PARTE	FUNÇÃO
Núcleo local da pesca	Uma mulher e um homem de cada rio.	Promover reuniões com os grupos dos rios e levar as demandas para o subnúcleo.
Subnúcleo da pesca	Uma mulher e um homem do alto, médio e baixo canaticu.	Promover reuniões com os representantes dos rios e levar as demandas para o Núcleo Gestor da Pesca.
Câmaras técnica temáticas	Representantes de entidades da sociedade civil e do poder público identificado no Diagrama de Venn.	Atender por meio de ofício do Núcleo Gestor, demandas para tratar de assuntos técnicos, sem obrigatoriedade.
Conselho familiar	Três Pessoas mais experientes e três jovens do alto, médio e baixo Canaticu.	Compor o Núcleo da Pesca, se possível participar do subnúcleo e do núcleo local.
Núcleo Gestor da pesca	Conselheiros familiares e os seis representantes do alto, médio e baixo Canaticu.	Discute a gestão dos recursos pesqueiros no nível de canaticu.

Fonte: Oliveira (2014).

A figura 3 e o quadro 11 apresentam a proposta de estrutura de gestão dos recursos pesqueiros do Rio Canaticu, apontando a função e os membros de cada instância. Nesse sentido, qualquer demanda que surja deve passar por essas três instâncias, pois o recurso pesqueiro é bem comum de todos; diferente do açaí, que está numa árvore no quintal, o peixe circula pelo alto, médio e baixo Canaticu. Dessa maneira, qualquer decisão a respeito de seu uso deve passar pelo conhecimento de todos.

Essas diretrizes e contribuições serão trabalhadas por meio de oficinas de fortalecimento da governança territorial do Canaticu. Serão oficinas temáticas trabalhadas junto ao Núcleo Gestor da Pesca, facilitadas pelos representantes das entidades da sociedade civil e do poder público, além das entidades identificadas por meio do diagrama de Venn.

A motivação em identificar os fatores de ordem pessoal, político, religioso e institucional que vêm contribuindo para a problemática da pesca, bem como a motivação em propor uma estrutura de gestão para o Núcleo Gestor da Pesca, por meio de entrevista aberta com os representantes do Núcleo Gestor da Pesca, entidades da sociedade civil organizada e do poder público do Rio Canaticu, vêm no sentido de minimizar os efeitos desses fatores e para contribuir na proposição de um modelo de estrutura de gestão dos acordos de pesca, para o fortalecimento do Núcleo Gestor da Pesca.

5 CONCLUSÃO

As diretrizes e mecanismos da Governança Territorial trazem para discussão de políticas públicas territoriais, elementos estratégicos para condução de um desenvolvimento que privilegie os interesses dos atores e grupos locais, os quais dinamizam, a partir da sua apropriação, por meio de suas relações, o seu território.

Durante o processo de discussão dos acordos do Rio Canaticu, essas particularidades evidenciaram-se, gerando alguns conflitos de interesse, pois se trata de um território com mais de 1.500 famílias, um conjunto de rios, comunidades, congregações, vilarejos que contribuem para uma realidade complexa. São várias redes territoriais de interesses em jogo, com fatores de ordem pessoal, religioso, político e institucionais mais e menos intensas.

Para minimizar os efeitos desses fatores, no que se refere à efetividade do Projeto de desenvolvimento territorial do Canaticu, essa pesquisa realizou diversas incursões no lócus, com objetivo entender as causas desses conflitos. Para isso, substanciou-se por meio de conversas informais, quais possibilitam a identificação de quatro.

Partindo da identificação e posterior análise, foi possível direcionar algumas estratégias o fortalecimento das ações do Núcleo da Pesca, aportado na discussão e análise do termo Governança Territorial, com intuito de contribuir com uma iniciativa local. Pois, a não participação das diversas representações, poderia ocasionar na não legitimidade dos acordos de pesca e, conseqüentemente, trazer prejuízos futuros, comprometendo a efetividade desse instrumento.

Foi possível também identificar as entidades da sociedade civil e do poder público, que podem contribuir para efetividade do projeto do Canaticu, pois em se tratando de um território com as dimensões do Canaticu e sob a gestão de diversas entidades, trazê-las para fazer parte do processo de implementação, considerando suas expertises, agrega valor.

E, por fim, com as contribuições do Secretário Municipal de Meio Ambiente, Marcos Baratinha e do engenheiro de pesca Gleidson da Silva, e nos fatores identificados pela pesquisa, foi possível propor uma estrutura de Gestão dos recursos pesqueiros, haja vista que era necessário pensar pós-projeto, como decorreria a gestão.

Nesse sentido, a proposta de um modelo de gestão que possibilite que as demandas de cada localidade, comunidade, congregação, rio seja ouvida, discutida, analisada, validada torna-se extremamente necessário para tornar a iniciativa local efetiva e legítima. Trata-se de um esboço de estrutura, o qual será apresentado para os grupos de interesse do Canaticu, para

ser avaliado em uma primeira oficina de governança territorial, com base nas diretrizes em processo de “concertação social” discutidas aqui e apresentadas, em suma, a seguir:

- a) Construção de consensos mínimos que representem as decisões naquele momento histórico, no que se refere à superação de seus desafios;
- b) Participação cidadã dos diferentes atores sociais, econômicos e institucionais, como protagonistas do processo;
- c) Relação horizontal entre diferentes, em que cada um participa ativamente, em condições iguais, fortalecendo a confiança entre os setores, facilitando a comunicação e o entendimento entre eles;
- d) Legitimidade do espaço público em constituição;
- e) A repartição do poder entre aqueles que governam e aqueles que são governados.

Com base nesses pressupostos, o projeto de desenvolvimento territorial do Rio Canaticu se qualificará.

Importante salientar que a importância da implementação dessa iniciativa não se trata, nesse primeiro momento, com foco econômico, e sim com foco na sustentabilidade para segurança alimentar de uma população tradicionalmente extrativista, mas que vem mudando suas práticas alimentares pela falta de uma política pública pesqueira.

Sua estrutura foi criada, discutida, rediscutida continuamente no processo, considerando as características das entidades da sociedade civil organizada e do poder público local, as quais conhecem a realidade, a problemática relacionada à escassez de um recurso natural, relacionado à segurança alimentar da população residente ao longo do Canaticu.

Contudo, o município de Currálinho não compreende apenas o Rio Canaticu, há outros rios como o Trapichinho, Piriá, Mutuacá, que podem estar sofrendo com a mesma problemática. Porém, como essa discussão foi protagonizada por algumas lideranças do Rio Canaticu, a pesquisa acompanhou, analisou e propôs diretrizes, para fortalecer o processo de implementação dos acordos de pesca na área de abrangência do rio Canaticu. É possível que durante o processo de implementação os moradores dos outros rios possam participar.

Dessa forma, a identificação desses fatores, em especial os de ordem pessoal, político, religioso e institucional, possibilitou diagnosticar situações específicas, relacionadas à realidade local, inerente a qualquer dinâmica territorial. Neste sentido, a proposição de diretrizes, com base no termo governança territorial, vem apontar mecanismos e ações para fortalecer o Núcleo Gestor da Pesca.

REFERÊNCIAS

BARQUERO, A. V. Desenvolvimento endógeno. In: _____. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora: Publix, 2010.

Brasil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de Outubro de 1988. 4. e. São Paulo. Saraiva, 1990.

_____. Decreto-Lei N° 221, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967. Dispõe sobre a proteção e dá estímulo a pesca.

_____. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável - PAS**: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira / Presidência da República. Brasília: MMA, 2008.

CARGNIN, A. P. A Dimensão territorial no planejamento governamental brasileiro: avanços e limitações na elaboração dos planos plurianuais. In: SEMINÁRIO DE REFORMA DO ESTADO E TERRITÓRIO: INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 1., 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS; POSGEA, nov. 2007.

CASTRO F.; McGRATH, D. O manejo comunitário de lagos na Amazônia. **Parceiras Estratégicas**, n. 12, p. 112-126, 2001.

CASTRO, I. **Geografia e Política**. 1. ed. São Paul : Bertrand Brasil, 2005

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó**. Casa Civil/ Governo Federal. 2007. Disponível em: em: <www.planalto.gov.br/casacivil/site/static/atos.cfm>. Acesso em: 30 ago. 2014.

CKAGNAZAROFF, I. B. et al. Governança em planejamento e desenvolvimento local: uma análise teórica. **5ème colloque de 1'IFBAE**, Grenoble, 18 et 19 mai, 2009.

CLAUZET, M., RAMIRES, M.; BARRELLA, W. Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (enseada do mar virado e barra do una) no litoral de São Paulo, brasil. **MultiCiência: Revista Interdisciplinar dos Centros e Núcleos da Unicamp**. Disponível em: <http://www.multiciencia.unicamp.br/rede_1_4.htm>. Acesso em: 24 mar. 2014.

COSTA, P. M. **Acordos de pesca**: desafios de implementação e consolidação em áreas de várzea do município de Gurupá, Pará, Brasil. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca) - Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

COSTA, S A.Q. e G., A.M.S. **Diagnóstico sobre o sistema de produção do Município de Gurupá**. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE: Programa Gurupá. Belém. Pa,1997.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 1, n. 2, p. 73-97, 2003.

DALLABRIDA, V. R. **A gestão social dos territórios nos processos de desenvolvimento Territorial: uma aproximação conceitual**. 2006. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

_____. A gestão social dos territórios nos processos de desenvolvimento territorial: uma aproximação conceitual. **Sociedade, Contabilidade e Gestão (UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 44-60, 2007.

FEENY, D., BERKES, F., MCCAY, B. E ACHESON, B. 2001 (original 1990). **A Tragédia dos Comuns Vinte e Dois Anos Depois. Páginas 17 a 42 em A.C. Diegues e A.C. Moreira (Orgs). Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum. NUPAUB-USP, São Paulo.**

FERNANDES, B. M. **Entrando nos territórios do Território**. Grupo de Estudo e Pesquisas sobre educação no Campo -GEPEC. Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/entrando-nos-territorios-do-territorio/view?searchterm=entrando%20em%20territorios>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

FITZ, P. R. **Geoprocessamento sem complicação**. 2007. Disponível em: <scholar.google.com.br/citations?user=qKvVOJ0AAAAJ&hl=pt-BR>. Acesso em: 24 mar. 2014.

FURTADO, L. G. Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Belém, v. 6, n. 1, p. 41-93, jun. 1990.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, A. **O conceito de Governança**. Manaus: CONPEDI, 2006. Anais.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, V. 2, n. 3, 2012. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletimcampineiro/article/viewFile/86/2012v2n3_Gottmann>. Acesso em: 24 mar. 2014.

GUEDES, E. B. **Território e territorialidade de pescadores nas localidades Céu e Cajuúna Soure-PA**. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a Desterritorialidade**. São Paulo a: Bertrand Brasil, 2007.

HARTMANN, V. D. **Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativa de solução** (2001). Diegues e A.C. Moreira (Orgs). Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum. NUPAUB-USP, São Paulo.

IBGE. Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150280>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

MAGALHÃES, B. A. C. S. **Educação no Campo, Poder Local e Políticas Públicas: a Casa Familiar Rural de Gurupá-PA, Uma construção permanente.** 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Instituto de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MOARES, S. M. **Saberes da pesca: uma arqueologia da ciência da tradição.** 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MORAES, A. **Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico.** Ministério da Integração Nacional. Para Pensar Uma Política de Ordenamento Territorial: Anais da oficina sobre ordenamento territorial, Brasília 13-14 de Novembro de 2003, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Brasília, DF: MI, 2005. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3fc31d16-e5f7-46fb-b8cc-0fb2ae176171&groupId=24915>. Acesso em: 18 maio, 2014.

MORAES, J. L. A. de. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, Marcus de Souza. **Capital social e desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 123 - 148.

OLIVEIRA, C. **Livro I.** Curralinho, 2014.

OLIVEIRA, V. **Planejamento, gestão e participação da sociedade civil Marajoara: uma análise do Plano de Desenvolvimento Territorial do Arquipélago do Marajó.** 2012. ~(Trabalho de Conclusão de Curso)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

PALHETA DA SILVA, J. M. **Poder, Governo e Território na sociedade contemporânea.** FLACSO – Brasil. Disponível em: <http://www.flacso.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Joao_Palheta.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. p. 269.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão popular, 2007- 200 páginas.

SANTOS, M. O Papel ativo da geografia: Manifesto. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS, 12., 2000, Florianópolis, **Encontro...**, Florianópolis, 2000.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton et al. (Org.). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1994. p. 15- 28.

SANTOS, G. M.; SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, 2005.